



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)
Curso de Mestrado

ADÃO COSTA SILVA

**PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM AMBIENTE
FEDERATIVO COM A PARTICIPAÇÃO DE ENTES PÚBLICOS E PRIVADOS NA
AMAZÔNIA**

**RIO BRANCO – ACRE
2008**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



ADÃO COSTA SILVA

**PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM AMBIENTE
FEDERATIVO COM A PARTICIPAÇÃO DE ENTES PÚBLICOS E PRIVADOS NA
AMAZÔNIA**

Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, como requisito para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional. Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Franco da Costa

**RIO BRANCO – ACRE
2008**



© SILVA, A. C. 2007.

**FICHA CATALOGRÁFICA PREPARADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE**

S586p	<p>SILVA, Adão Costa. <i>Planejamento e desenvolvimento territorial em ambiente federativo com a participação de entes públicos e privados na Amazônia</i>. 2008. 100f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Acre, Rio Branco-Acre, 2008.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Franco da Costa</p> <p>1. Planejamento regional, 2. Desenvolvimento regional endógeno, 3. Desenvolvimento local, 4. Desenvolvimento sustentável, 5. Políticas públicas, 6. Desigualdades regionais, 7. Amazônia, 8. Brasil, I. Título.</p> <p>CDU 504.05 (811.3)</p>
-------	--



ADÃO COSTA SILVA

**DISSERTAÇÃO DEFENDIDA E APROVADA NO DIA 09 DE MAIO DE 2008,
PELA BANCA EXAMINADORA CONSTITUÍDA PELOS SEGUINTE
COMPONENTES**

BANCA EXAMINADORA

Dra. Walterlina Barboza Brasil

Dr. Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti

Dr. Carlos Alberto Franco da Costa

**RIO BRANCO – ACRE
2008**



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)
Curso de Mestrado



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)
Curso de Mestrado



ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DO ALUNO ADÃO COSTA SILVA



Às doze horas do dia nove de maio de dois mil e oito, na sala de aula do Curso de Mestrado em Desenvolvimento Regional - MDR, da Universidade Federal do Acre - UFAC, a Banca Examinadora da Dissertação de Mestrado do aluno **ADÃO COSTA SILVA**, composta pelos Professores Doutores Carlos Alberto Franco da Costa PPG-MDR/UFAC (Orientador/Presidente), Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti PPG-MDR/UFAC (Membro) e Walterlina Barboza Brasil PPG-MDR/UNIR (Membro), reuniu-se para assistir e avaliar a defesa de sua Dissertação de Mestrado intitulada **“PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM AMBIENTE FEDERATIVO COM A PARTICIPAÇÃO DE ENTES PÚBLICOS E PRIVADOS NA AMAZÔNIA”** e após a apresentação do discente e as arguições dos membros da banca, a mesma foi considerada () aprovada () aprovada com ressalvas () reprovada, e para constar dos arquivos do Programa, foi lavrada a presente ATA que após lida e achada conforme, vai datada e assinada. Rio Branco, 08 de maio de 2008.

1. Prof. Dr. Carlos Alberto Franco da Costa (Presidente/Orientador)
2. Prof. Dr. Francisco Carlos da Silveira Cavalcanti (Membro)
3. Prof.ª. Dr.ª. Walterlina Barboza Brasil (Membro)



DEDICATÓRIAS

Ao meu pai,
Afonso Emídio da Silva, *in memorian*.

À minha mãe,
Isaura Isabel da Costa Silva, ***in memorian***, pela alegria da vida.

A meu filho, **Lucas Albuquerque Silva**, a minha companheira, Maria José Nóbrega de Albuquerque, aos meus colegas do Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional e aos Líderes Autênticos das causas nobres. Aos Mártires da América Latina.



AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus que me deu forças para vencer os obstáculos que muitas vezes pareciam intransponíveis.

Aos meus pais *in memoriam*, por terem estimulado em mim, o amor pela sabedoria com humildade e comprometimento com as causas nobres.

A Capes - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, pela regular bolsa de estudos e pesquisa.

A Universidade Federal do Acre, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, a Coordenação do Mestrado em Desenvolvimento Regional, aos professores do Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, *intra e extra Campus Universitário*, aos meus colegas e amigos do Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional.

Ao meu orientador, Dr. Carlos Alberto Franco da Costa, que aceitou esse desafio e com muita paciência e sabedoria, orientou este trabalho tornando possível a sua conclusão.



SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS
LISTA DE TABELAS
LISTA DE GRÁFICOS
RESUMO

1. INTRODUÇÃO
1.1 Hipótese
1.2 Objetivos
1.2.1 Objetivo geral
1.2.2 Objetivos específicos

2. O PROBLEMA E SUA ABRANGÊNCIA

3. REVISÃO DA LITERATURA

4. METODOLOGIA

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS



LISTA DE QUADROS

QUADRO 01 - Área por municípios, participação em relação ao Estado e a Região e densidade demográfica – 1999.

QUADRO 02 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte no Estado do Acre – Brasil – Prodex.

QUADRO 03 - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte no Estado do Acre – Brasil – Prorural.

QUADRO 04 – Regional Alto Purus - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – Prodex.

QUADRO 05 – Regional Alto Purus - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – Prorural.

QUADRO 06 – Cooperativa por Município – 1996/1996 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - Sena Madureira - Estado do Acre – Brasil.

QUADRO 07 – Cooperativa por Município – 1999/2000 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - Sena Madureira - Estado do Acre – Brasil.

QUADRO 08 – Cooperativa por Município – 1996/2000 Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - Sena Madureira - Estado do Acre – Brasil.



LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Grau de escolaridade dos entrevistados.

Tabela 2 – Habilidade e competência em planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Tabela 3 – Financiamento Prorural e Prodex 1996-1996.

Tabela 4 - Financiamento Prorural e Prodex 1996-2000.

Tabela 5 – Totalização Financiamento Prorural e Prodex 1996-2000.



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Habilidade e competência em estabelecer objetivo geral no planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 2 – Habilidade e competência em estabelecer objetivo específico no planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 3 – Habilidade e competência em estabelecer objetivo de impacto no planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 4 – Habilidade e competência em transformar um problema em objetivo SMART no planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 5 – Habilidade e competência em identificar uma atividade no planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 6 – Habilidade e competência em identificar um projeto no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 7 – Habilidade e competência em identificar um programa no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 8 – Habilidade e competência em identificar um plano no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



Gráfico 9 – Habilidade e competência em avaliação no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 10 – Habilidade e competência em monitoramento no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 11 – Habilidade e competência em estabelecer metas no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 12 – Habilidade e competência em estabelecer indicadores no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 13 – Habilidade e competência em planejar e realizar reuniões de trabalho com resultados no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 14 – Habilidade e competência em elaboração de projetos no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 15 – Habilidade e competência em identificar uma oportunidade no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 16 – Habilidade e competência em elaborar planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



Gráfico 17 – Habilidade e competência em selecionar alternativas no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 18 – Habilidade e competência em elaborar um cronograma de alternativas no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 19 – Habilidade e competência em elaborar uma justificativa de projeto no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 20 – Habilidade e competência em elaborar uma metodologia de trabalho em projeto no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 21 – Habilidade e competência em identificar uma ameaça na avaliação de risco no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

Gráfico 22 – Análise comparativa da evolução do acesso a políticas públicas nos períodos de 1996-1996 e 1999-2000. Financiamentos Modalidade Prodex.

Gráfico 23 – Evolução do Prodex e Prorural no período de 1995-2000.



RESUMO

O estudo analisa o planejamento e desenvolvimento territorial em ambiente federativo com a participação de entes públicos e privados na Amazônia, abrangendo os Planos Nacionais de Desenvolvimento e os Planos Plurianuais, enfocando o planejamento regional, o desenvolvimento regional endógeno, o desenvolvimento local na Amazônia, o desenvolvimento sustentável, políticas públicas e desigualdades regionais, evidenciando características teóricas e prática. Trata-se de uma elaboração multidisciplinar. Analisa habilidades e competências de gestores municipais no tocante a capacidade apropriada em planejamento para o micro desenvolvimento regional endógeno no âmbito do município. Revela que os recursos financeiros oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, para o desenvolvimento regional, são geridos em desconformidade com os termos contratuais, ferindo princípios e fundamentos e inclusive, as finalidades constitucionais do referido fundo Constitucional. Verifica que historicamente o planejamento no Brasil priorizou o macro desenvolvimento regional exógeno não tendo como matriz geradora de riquezas os empreendimentos de pequeno porte que alavancam com profundo sacrifício o desenvolvimento regional endógeno. O estudo conclui que no Brasil historicamente muito se formaliza e pouco se executa para materializar o desenvolvimento regional endógeno enquanto política pública. Propõe a formulação e efetivação de políticas públicas coerentes voltadas para o desenvolvimento regional endógeno.



1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho analisa o planejamento no Brasil, abrangendo os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) e os Planos Plurianuais (PPA's), enfocando o planejamento regional, o desenvolvimento regional endógeno, o desenvolvimento local na Amazônia, o desenvolvimento sustentável, políticas públicas e desigualdades regionais evidenciando características teóricas e prática. Trata-se de uma elaboração multidisciplinar.

Ao tratar de forma crítica sobre o desenvolvimento e desigualdade regional, enfocando o desenvolvimento exógeno e endógeno, verifica e evidencia que o planejamento para o macro desenvolvimento regional, quando elaborado apenas sob a concepção teórica exógena, promove desigualdades regionais e subdesenvolvimento.

Esta concepção de planejamento historicamente vem mantendo localidades, rincões, municípios, estados, regiões nacionais e países, sob o jugo do subdesenvolvimento, explorando e saqueando suas riquezas nos moldes hereditários da Antigüidade clássica com a presença de trabalho de natureza escrava.

Na perspectiva crítica ao planejamento para o macro desenvolvimento regional, o estudo evidencia a existência da transição da concepção do macro desenvolvimento regional, para o micro desenvolvimento regional local, quando elaborado sob a concepção da práxis endógena, promove igualdades regionais.

O trabalho de pesquisa teve como referência investigar e responder a *indagação* se o macro desenvolvimento regional exógeno gera desigualdades



regionais e se o micro desenvolvimento regional endógeno gera igualdades regionais nacionais de dimensão local.

Na busca de identificar, sistematizar e demonstrar respostas para a pergunta problema foi realizado estudos comparativos em nível teórico e prático tendo como referência documentos portadores de conteúdo científico e documentos portadores de informações oficiais e de registros de atos e fatos pertinentes a realidade analisada.

Os resultados encontrados revelam que, historicamente o desenvolvimento exógeno é responsável pela produção e manutenção de desigualdades e assimetrias regionais nas dimensões micro e macro em dimensões transnacionais, enquanto que, o micro desenvolvimento regional endógeno promove igualdades locais.

O paradigma central do desenvolvimento exógeno é o da economia de fronteira. Esta modalidade de economia trata os recursos naturais sem distinção entre os potenciais de recursos naturais esgotáveis e recursos naturais renováveis. Sua característica predominante é a de acumulação de riquezas e concentração de pobreza.

A existência do surgimento de uma nova teoria do desenvolvimento na década de 1980 e que prossegue nas décadas seguintes implementando o micro desenvolvimento regional local endógeno, em posição crítica ao macro desenvolvimento regional exógeno, significando uma radical denúncia e negação ao sistema capitalista predatório. É neste contexto que se registra a transição da economia de fronteira para o desenvolvimento sustentável.

Trata-se de um contexto que abriga a existência de um padrão de desenvolvimento que se esgota. É a economia de fronteira. Esta cede sem concessão, mas por conquista da sociedade predisposta à construção de uma sociedade portadora de uma economia endógena construída da periferia para o centro em negação a economia exógena imposta do centro à periferia. Este processo atinge a primeira década do século XXI, em que pese os seus aclives e declives.

Tratar desses assuntos é importante para evidenciar a necessidade do micro desenvolvimento regional local enquanto desenvolvimento que promove a presença e



consolidação de uma economia circulante local e inter-regional, onde os produtores da riqueza são os seus originais proprietários. Isto *significa* a existência de riqueza para quem a produz.

Outros elementos que constituem a importância do tratamento desses assuntos residem na constatação da existência da predominância na concepção de planejamento que se materializa no macro desenvolvimento exógeno em detrimento do desenvolvimento endógeno. É sabido que o desenvolvimento exógeno aumenta, promove e consolida as desigualdades regionais, enquanto que o desenvolvimento endógeno promove igualdades regionais.

Importante se faz tratar esses assuntos para evidenciar que o desenvolvimento endógeno oportuniza a construção de uma concepção de local, de município, estado e região, de baixo para cima, de dentro para fora, do interno para o externo, ou seja, endógeno, evitando assimetrias e desigualdade regionais.

Ainda enquanto importância de tratar desses assuntos trata-se da necessidade de evidenciar a origem e evolução do planejamento para o desenvolvimento exógeno no Brasil e na Amazônia, demonstrando as principais características do planejamento e desenvolvimento exógeno e endógeno enquanto agendas positivas e pautas coerentes para a Amazônia em particular e para o Brasil em geral.

Os assuntos de que trata esta dissertação, tiveram os seus dados e informações, tratados pelo método e metodologia comparativa evidenciando contradições. Para isto, adotou como fundamento metodológico a concepção de contradição na visão marxista e aristotélica. Além destes, mantendo o caráter multidisciplinar do trabalho, faz uso das referências necessárias ao estudo na sua totalidade.

Nesta perspectiva, o assunto é tratado mediante sistematização e ordenamento de concepções, conceitos, idéias, teoria e prática que têm relação direta com o objeto de estudo, com a finalidade de destacar os principais trabalhos existentes na área do conhecimento, fundamentando o tratamento dos dados e informações que constituem o estudo.



O presente trabalho em nível macro nacional visa fazer um balanço crítico do planejamento no Brasil e na Amazônia evidenciando aspectos relevantes pertinentes aos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil.

Em nível territorial, no âmbito dos entes públicos e privados a presente dissertação visa contribuir para a compreensão do papel constitucional dos gestores dos entes públicos municipais e gestores dos entes privado para o micro desenvolvimento regional local, na realidade vivenciada pelas Organizações Econômicas Campesinas.

1.1 Hipóteses

1. Historicamente o planejamento no Brasil priorizou o macro desenvolvimento regional exógeno não tendo como matriz geradora de riquezas os empreendimentos de pequeno porte;
2. Os municípios estudados, através dos seus gestores, não apresentam capacidade apropriada em planejamento para o micro desenvolvimento regional endógeno;

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo central consiste em evidenciar contradições e apresentar proposições para o enfrentamento das contradições que se constituem desigualdades regionais, preferencialmente no âmbito do desenvolvimento regional local, identificando, analisando e demonstrando, características relevantes pertinentes à origem e evolução do planejamento exógeno e endógeno no âmbito dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil, enfatizando a existência de política pública para o desenvolvimento regional local, contribuindo para a compreensão do papel



constitucional dos municípios visando o micro desenvolvimento regional endógeno com a participação de entes públicos e privados. Este último, um forte componente da economia camponesa.

1.2.2 Objetivos específicos

Realização de um estudo evidenciando a origem e evolução do planejamento;

Elaborar um estudo identificando e demonstrando as principais características dos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil e para a Amazônia;

Identificar e demonstrar o perfil das habilidades e competências do gestor municipal no que se refere à capacidade de planejamento para o micro desenvolvimento regional local de forma que contribua no enfrentamento das desigualdades regionais.

2. O PROBLEMA E SUA ABRANGÊNCIA

O problema objeto de estudo que dá origem a esta dissertação, abrange os níveis de realidade de estudo no âmbito nacional, regional, estadual, municipal, territorial e local, tratando do planejamento e desenvolvimento exógeno, endógeno e desigualdades regionais. A pesquisa de campo abrange municípios e localidades constitutivas dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia.

Em âmbito nacional e regional o problema se caracteriza pela existência predominante da concepção do desenvolvimento exógeno e ausência predominante da concepção do desenvolvimento endógeno nos planos de desenvolvimento elaborados no Brasil, figurando o Estado enquanto implementador do desenvolvimento regional nos períodos de governo de Getúlio Vargas até a primeira década do século XXI. O problema reside no fato de que quem existe com visibilidade é o Estado.



No município, no território e principalmente na localidade, sobre esses, há abundante existência de diagnósticos, planos e projetos circunscritos ao plano formal, sem implementação prática, com notória ausência de uma matriz de desenvolvimento endógeno, seguido da incipiente capacidade dos gestores públicos municipais em planejar para o desenvolvimento endógeno, articulando entes públicos e entes privados, incorrendo na inobservância das competências constitucionais e mantendo os municípios subdesenvolvidos, cada vez mais dependentes da união.

No âmbito regional, municipal, territorial e local, o problema se caracteriza pela ausência de planejamento focado para o desenvolvimento endógeno que desenvolva uma economia local através da dinamização de micros potencialidades, mediante o acesso as políticas públicas de financiamentos do desenvolvimento regional, como dentre outras, aquelas abrigada no Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

Presença predominante do planejamento para o desenvolvimento exógeno e ausência de planejamento para o desenvolvimento endógeno em âmbito de território e localidades municipais, produzindo um contingente de excluídos. Existência da necessidade de implementação de políticas que fortaleçam e consolidem o desenvolvimento endógeno, se constituem problemas inadiáveis no Brasil.

A dimensão da relevância do problema abordado se constitui em caracterizar avanços, demonstrar limites, potencialidades, evidenciar a importância estratégica do resgate do papel constitucional dos municípios, enfatizarem a importância do planejamento fundamentado em diagnósticos coerentes, proporcionando o aprimoramento do desenvolvimento exógeno implementação e consolidação do desenvolvimento endógeno, negando a exploração dos recursos naturais esgotáveis e afirmando a exploração dos recursos naturais renováveis.

A perspectiva de abordagem se configura pelos princípios e fundamentos da filosofia da práxis articulado com a concepção de verdade na perspectiva marxista e aristotélica. Onde de acordo com essa concepção, a verdade é a adequação entre aquilo que se dá na realidade e aquilo que se dá na mente, sem ignorar a existência das contradições presentes ou subjacentes na realidade.



Vale evidenciar que as pesquisas foram realizadas com a visão de responder as seguintes indagações: o desenvolvimento exógeno gera desigualdades regionais, o desenvolvimento endógeno gera igualdades regionais, os municípios estudados, apresentam perfil para programar o micro desenvolvimento regional endógeno.

Desta forma, com a finalidade de proporcionar o entendimento sobre os assuntos de que trata esta dissertação, até então, ordenamos o conteúdo que responde preliminarmente, qual é a resposta da pesquisa, como foi procurado respostas para a indagação prévia, quais foram os resultados, o que significam estes resultados e porque é importante tratar desses assuntos. Na seqüência, é ordenado o conteúdo pertinente à revisão da literatura visando estabelecer o referencial teórico deste trabalho.

3. A REVISÃO DA LITERATURA

A presente revisão da literatura tem como objetivo identificar, sistematizar e demonstrar as principais idéias e conceitos dos autores discutidos que proporcionam fundamentação teórica a este trabalho, constituindo assim, o referencial teórico ao objeto estudado.

O referencial teórico e conceitual selecionado tem como finalidade fazer com que possibilite o necessário tratamento dos dados primários e secundários coletados, assegurando a interpretação objetiva dos resultados obtidos, e evidenciar recomendação para o enfrentamento e solução do problema analisado, no contexto de Amazônia.

As realidades que compõem o contexto da Amazônia, para efeitos de análise são dissecadas em períodos, porém o processo que se verifica nos revela que os problemas das décadas atuais têm a sua gênese no passado e são mantidos com vigor no presente. A Amazônia pode ser mais bem compreendida quando analisada sob a luz da teoria das causas e da verdade.

É nesta perspectiva que estrutura-se esta revisão da literatura, tendo como centralidade os termos planejamento, desenvolvimento exógeno e endógeno,



desenvolvimento regional, desigualdades regionais, desenvolvimento e subdesenvolvimento, desenvolvimento sustentável e políticas públicas.

Ao planejamento precede o ato de conhecer. Planejar para transformar é uma ação que requer conhecer o passado, compreender o presente e projetar o futuro a curto, médio e longo prazo de forma flexível e não rígida. O cerne da ação transformadora consiste no conhecer a realidade com fundamentos da verdade para assim planejar a sua transformação. Só desenvolve aquele que envolve.

Assim, a verdade é o reflexo fiel do objeto na mente, a adequação do pensamento com a coisa. Não basta que um conhecimento seja verdadeiro. Há necessidade imperiosa de poder alcançar a certeza de que é verdadeiro. (BAZARIAN, 1985, p. 132 e 142).

O macro desenvolvimento regional exógeno de que trata este trabalho, tem suas raízes num passado gerador de desigualdades regionais. Suas sementes, ainda estão presentes, germinam e brotam com muito vigor na primeira década do século XXI. Conhecer o passado, compreender o presente para projetar o futuro, torna-se requisitos para ação planejada sobre as causas enquanto objeto do planejamento e não apenas sobre os efeitos no mundo contemporâneo.

Por esta razão, a seguir apresentamos a trajetória da evolução da economia enquanto ciência, suas principais épocas e características determinantes, objetivando identificar a existência de planejamentos que contribuam para extinção das raízes indesejáveis do passado, ainda existentes no presente, que promovem desigualdades regionais.

A evolução da economia abrange as épocas da Antiguidade Clássica, Antiguidade, Idade Média, Mercantilismo, e Revolução Filosófica e Industrial. Durante as referidas épocas, a evolução da economia registra o desenvolvimento e consolidação de idéias e características que ainda se manifestam na economia contemporânea, mais precisamente, e de forma nefasta, na primeira década do século XXI.



A Antiguidade Clássica se caracteriza pela presença do trabalho escravo, ausência da moeda, comércio incipiente na forma de troca e regimes teocráticos.

As principais características da Antiguidade foram o início da preocupação com a organização das atividades econômicas, primeiros conceitos de valor econômico, riqueza e moeda. Os seus principais pensadores são Platão, Aristóteles, Xenofonte, Catão, Varrão, Paládio e Columela, respectivamente, pertencentes ao mundo Grego e Romano.

A primeira fase da Idade Média se caracteriza pela existência do sistema feudal, economia artesanal, economia fechada, regulamentação impostos pela Igreja sobre a produção e o consumo, condenação da usura, subordinação da economia à moral, justo preço, justo salário, justo lucro, ressurgimento das cidades e do trabalho ambulante e surgimento do regime corporativo. Teve como principais pensadores, Tomás de Aquino, Nicolau Oresmo e A. de Floresça. A sua segunda fase é denominada de Mercantilismo.

O Mercantilismo se caracteriza pela presença da idéia inicial de balança comercial, obtenção de metais como condição essencial para a promoção das atividades econômicas pelo Estado, o surgimento do Estado moderno, o desenvolvimento das manufaturas, o nascimento do capitalismo nas roupagens comerciais e financeiras.

A Revolução Filosófica e Industrial se caracteriza pela presença do Liberalismo Econômico baseado na propriedade privada dos meios de produção e na livre iniciativa, de modo que, a atividade econômica encontraria o equilíbrio por forças naturais ou por ação da "mão invisível".

Na segunda metade do século XIX surge a Escola Histórica Alemã, que apresenta as seguintes características: reação contra a escola liberal, nega as leis econômicas naturais, e estudou as instituições sociais através do tempo. Nessa mesma época, surge a Escola Socialista Alemã que se caracteriza pela reação às escolas liberais, à concepção de mais-valia e do valor-trabalho, e materialismo histórico.



No fim do século XIX, a Escola Marginalista se caracteriza pelo enfoque matemático da teoria econômica, a presença da teoria do equilíbrio geral, a realização de estudos sobre o comportamento do homem racional "*homo economicus*" com enfoque ahistórico e mecanicista do funcionamento do mundo.

É no fim do século XIX e início do século XX que o pensador Alfred Marshall promove o que ficou denominado de síntese neoclássica. Tratou-se de uma tentativa de incorporar as correntes clássicas e marginalistas em um mesmo campo teórico.

Na década de 1930, surge a escola que ficou conhecida como Keynesianismo em referência ao seu principal pensador John Maynard Keynes. Essa escola apresenta como principais características estudos sobre a demanda efetiva, a partir da contribuição de Malthus e defesa da intervenção dos governos nas atividades econômicas em época de crises, e o surgimento do enfoque macroeconômico.

Na década de 1950, a literatura registra o surgimento do Neoliberalismo. Essa escola tem como centralidade de suas características o posicionamento de ser contra a intervenção do governo nas atividades econômicas. O mercado, submetido à livre concorrência, pode se encarregar de estabilizar a economia, promover o progresso e o bem-estar social. É o que professam ainda hoje.

Na década de 1950 a 1960, a escola denominada de Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais reúne como principais características o fato de considerar o planeta como um bem escasso, finito e que precisa ser preservado para ser usufruída pelas próximas gerações. O seu pensamento enfatiza a importância de ser contra agressões ecológicas e a poluição ambiental.

A evolução da economia, do pensamento econômico, de suas idéias e práticas econômicas se caracterizam pela presença de uma série de idéias que geravam confrontações periódicas. "Independente desses conflitos, os pensadores apresentavam e ainda apresenta em comum o fato de buscar formas para resolver os problemas que assolavam a sociedade em suas respectivas épocas." (SANTANA, 2004, p. 63).



Na segunda metade do século XX, a denominada Economia do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais, abriga o conceito de desenvolvimento sustentável. Este conceito em vez de servir para a construção de uma teoria do desenvolvimento limpo vem sendo utilizado em larga escala como panacéia, desprovido de Ética.

Sem compromisso Ético, e sob o manto do desenvolvimento sustentável, se promove práticas de desenvolvimento insustentável apresentada enquanto práticas resultantes de planejamento e desenvolvimento sustentáveis, como se isso existisse, lamentavelmente ancorados em conceitos utilizados com status de teoria científica, como vem sendo o caso da engenharia florestal e do desenvolvimento sustentável.

É sabido que a engenharia florestal assim como as demais engenharias, são ferramentas e por esta razão, não são, e mesmo querendo, não podem ser ciência. Lamentavelmente, esta é uma realidade que vem passando sem a devida percepção científica no mundo acadêmico.

Com isso, pretende-se chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento sustentável utiliza a engenharia florestal como sendo uma ciência. A engenharia florestal é uma técnica assim como o desenvolvimento sustentável é um conceito e assim, inclusive os seus operadores devem se comportar.

Assim, uma teoria científica do conhecimento da verdade é absolutamente necessária a qualquer atividade prática ou teórica, a qualquer tarefa de compreensão e transformação do mundo, do homem e da sociedade. O conhecimento da verdade é eminentemente útil para o sucesso pessoal e profissional tanto do inventor como cientista, tanto do filósofo como do revolucionário, tanto do político como do industrial, tanto do patrão como do operário. (BAZARIAN, 1985, p. 21).

O desenvolvimento é sustentável se antes de tudo, for essencialmente, desenvolvimento que promove envolvimento e não des-envolvimento de populações humanas submetendo-as ao sufrágio das desigualdades regionais de toda natureza. O desenvolvimento é, será e continuará sendo aquilo que fazem e se permitem



fazerem dele e em nome dele. Ao desenvolvimento, os rigores da ciência enquanto conhecimento da verdade. A ciência que não enfrenta e não resolve as causas dos problemas, não é ciência, não é ética e muito menos verdadeira.

Espera-se que, em nível local, nacional e mundial, o ideário do desenvolvimento sustentável - economicamente eficiente, socialmente e ecologicamente equilibrado - oriente as políticas públicas para a Amazônia. Um obstáculo considerável ao desenvolvimento moderno e sustentável é representado por um ambiente institucional conservador, incapaz de lidar na Região com os pressupostos de tal processo: incapaz de lidar, adequadamente, com sua especificidade ecológica de negociar com os agentes que expressam suas diversidades social, econômica e política e de lidar com os resultados dessa diversidade em nível local. Para um desenvolvimento de novo tipo requerem-se, assim, inovações institucionais. (COSTA, 2005, p. 181).

É necessário distinguir o desenvolvimento insustentável apresentado como sustentável, do desenvolvimento sustentável por considerar a distinção entre recursos esgotáveis e recursos renováveis. O desenvolvimento sustentável deve ser submetido aos princípios e fundamentos da verdade. "Os desequilíbrios regionais preexistentes e estes, agora advindos da reorganização produtiva internacional, passaram a ser basicamente estudados sob duas categorias analíticas distintas: a sustentabilidade e a endogenia". (FILHO, 1996, p. 11).

O desenvolvimento sustentável centra sua atenção para a relação dos homens com a natureza, preconizando a utilização racionalizada dos estoques de recursos naturais. A grande preocupação de seus estudiosos está voltada às gerações futuras e a necessidade de políticas que preconizem um desenvolvimento harmonioso e, prioritariamente, sustentável nos períodos posteriores (GUIMARÃES, 1994, p. 49).



O planejamento, ao contrário do improvisado, visa o diagnóstico, o enfrentamento e resolução de problemas. Nesta perspectiva, o planejamento se constitui um ato político com ausência de neutralidade. O planejamento tem a missão de operar o desenvolvimento enquanto resultante dos processos de envolvimento.

[...] em princípio, o planejamento se refere ao cálculo que precede e preside a ação. Assim, se o planejamento tecnocrata centra-se no cálculo técnico sistemático de médio e longo prazo, o planejamento estratégico-situacional, fundamenta-se no cálculo situacional em diferentes horizontes de tempo. (MATUS, 1989, p. 24).

Por estas razões, o planejamento para o micro desenvolvimento regional endógeno se caracteriza por estimular e promover processos de envolvimento pro ativo dos beneficiários diretamente envolvidos no processo de desenvolvimento. O desenvolvimento endógeno não desconhece a contribuição do desenvolvimento exógeno, mas, nega a sua primazia porque promove desigualdades e assimetrias regionais.

As modificações ocorridas nos processo produtivo desde os anos 80 e, com mais força, nos anos 90, aliadas ao persistente declínio de regiões fortemente industrializadas, e a rápida ascensão econômica de novas regiões, forçaram profundas transformações nas teorias e políticas de desenvolvimento regional nesta última década. (FILHO, 1996, p. 11).

A segunda década do século XX e a primeira década do século XXI registram uma nova perspectiva de planejamento para desenvolvimento que enfrenta com vigor as desigualdades regionais. Trata-se do planejamento regional que visa fomentar o desenvolvimento endógeno regional local, caracterizado por duas frentes



de atuação: uma silenciosa, mas empreendedora e outra de ação frontal contra o desenvolvimento exógeno que promove o subdesenvolvimento.

[...] a teoria do desenvolvimento endógeno que focaliza, com toda atenção, a questão regional, apresentando as maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e os melhores instrumentos de políticas para sua correção. O desenvolvimento endógeno tem suas origens na década de 1970, quando as propostas de desenvolvimento da base para o topo emergiram com maior notoriedade. Desde então, esta corrente evoluiu com a colaboração de novos enfoques ao problema do crescimento desequilibrado. (FILHO, 1996, p. 112).

O planejamento para o micro desenvolvimento regional endógeno tem como estratégia determinante a inversão do paradigma do planejamento de fora para dentro, pelo planejamento de dentro para fora. Nesta perspectiva, assume-se, afirma-se, aquilo que faz parte de si próprio. Noutra perspectiva, nega-se de forma silenciosa conspirando contra todas as formas de desenvolvimento originárias de fora para dentro, de cima para baixo, sobre o meio orgânico local.

Neste caminho, a contribuição da teoria endogenista foi identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o capital humano, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, a informação e as instituições, eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Por conseguinte, logo concluiu-se que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado. (FILHO, 1996, p. 37).

O desenvolvimento regional endógeno predominante na década de 1970, 1980 e 1990 se caracteriza pela presença marcante da organização social, estímulo a



cultura popular, processo de conscientização, organização, escoamento, beneficiamento, comercialização e liderança de processos focados para a dinamização das potencialidades locais. O micro desenvolvimento regional endógeno em contraposição ao macro desenvolvimento regional exógeno, assim ficou catalogado pela literatura especializada da época.

[...] um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL, 1996, p. 377).

A década de 1980 registra a existência de um novo paradigma de planejamento e desenvolvimento regional definido como endógenos. Aquela década abrigou a transição do planejamento formal burocrático para o planejamento participativo. Também pertence à referida década, a transição do desenvolvimento regional exógeno para o desenvolvimento regional local endógeno. E como resultados desse processo de transição, têm a transição de uma economia de fronteira para um desenvolvimento sustentável.

Trata-se de uma transição que não significa apenas mera passagem de um estágio a outro, mas da coexistência do velho com o novo, do passado com o presente e do presente com o futuro, e muito mais. Compõe este processo de transição, mais do que uma mera mudança, a reflexão e tomada de consciência sobre o que muda, como muda, por que muda e, principalmente, para quem muda. Assim, a transição integra o planejamento regional, não enquanto dádiva e sim como conquista.



O planejamento regional tem como ponto de partida a disponibilidade de recursos da região; as possibilidades produtivas; o estado da técnica e a estrutura institucional do sistema; e as possibilidades sociais: eleições individuais, decisões governamentais e distribuição espacial. (CAVALCANTI, 1997, p. 27).

O desenvolvimento regional endógeno está ligado à capacidade de organização e liderança de processo social empreendedores voltados para o enfrentamento e superação das desigualdades regionais. Este processo oportuniza a geração de riqueza na própria localidade em benefício dos que ali vivem e vivenciam os processos sociais que o desenvolvimento endógeno oportuniza. "Na Itália contemporânea, a comunidade cívica está estritamente ligada aos níveis de desenvolvimento social e econômico" (PUTNAM, 1996, p. 162).

Nos países do centro capitalista, como os da Europa Ocidental, a sociedade, por assim dizer, fundou o Estado de baixo para cima, inclusive a partir de lutas populares. Já nos países periféricos, como o Brasil, o Estado foi montado de cima para baixo, obedecendo a interesses externos, surgiu antes da sua sociedade e, por isso mesmo, historicamente, sempre subestimou essa sociedade, tomando decisões favoráveis às elites a quem servia, em detrimento dos mais fracos. Daí, a garantia da produção e reprodução das desigualdades sociais. (SILVA, 2004, p. 96).

Na concepção e visão de mundo com fundamento na teoria endógena, os processos de qualquer natureza partem de baixo para cima, enquanto que na concepção de mundo das teorias que sustenta a visão exógena, a relação é impositiva de cima para baixo. Esta última visão se constitui na característica que dominou a lógica e trajetória do planejamento e desenvolvimento regional no Brasil desde 1920 até o final da década de 1970 quando se registra "A crise do



planejamento no Brasil". (MATOS, 2002, p. 56). Isto revela que o desenvolvimento tem limites.

Os limites do desenvolvimento se justificam pelo vínculo à ciência econômica quando deveriam perpassar todas as ciências sociais. Desenvolvimento é um conceito associado à idéia de fazer as nações pobres caminharem em busca da superação de suas pobrezaas. Quase sempre falar de desenvolvimento é falar do futuro, do mundo que se quer e não do mundo que se vive. (CORIOLANO, 2003, p. 162).

O pensador acima citado, não quer com isso afirmar que não devemos nos preocupar com o presente, mas que a realidade presente deve ser encontrada transformada no ato futuro. Não se trata apenas de em nome do fazer ou operacionalizar ciências, constatar, manter ou aprimorar realidades, mas sim, transformá-las.

A idéia de planejamento, desenvolvimento, sustentabilidade, contexto social e ecológico, recursos naturais renováveis e esgotáveis, riqueza e pobreza, apenas para citar alguns, a cada década e a cada século são tratados de forma farisaica, isto é, externas ao ser humano, de fora para dentro, cada vez mais submetido ao subdesenvolvimento em nome do desenvolvimento.

No enfrentamento a esta realidade, a teoria do desenvolvimento endógeno trata o desenvolvimento enquanto mundo que se vive. Mundo presente e não mundo futuro. "A partir dela, o homem é visto como um fator de transformação tanto no contexto social e ecológico em que está inserido como de si mesmo". (FURTADO, 1974, p. 105).

Nesta primeira parte da revisão da literatura, ordenamos a referência sobre os termos planejamento regional, desenvolvimento exógeno e endógeno, desenvolvimento regional, desenvolvimento e subdesenvolvimento, desigualdades regionais e desenvolvimento sustentável. A seguir passamos a referenciar o planejamento para o desenvolvimento no Brasil, enquanto políticas públicas a partir de 1920.



O Brasil até 1920 se pautava mais por uma programação econômica do que por um plano de desenvolvimento. Posteriormente aos anos de 1920, o modelo de desenvolvimento industrial adotado no Brasil e na América Latina ficou conhecido como Industrialização por Substituição de Importações. Esse modelo se manteve desde a década de 1930 até o final da década de 1970.

A Amazônia no planejamento brasileiro. No período compreendido entre 1920 a 1980, essa região se caracteriza por permanecer sendo o palco de ações progressivas do Estado, planejadas no período do governo Vargas, atingindo seu ápice na década de 1970, culminando na situação atual da expansão de fronteira com depredação dos recursos naturais, apresentando as seguintes características.

De 1920 a 1940: a estagnação regional e a tentativa de diversificação das atividades na região; De 1940 a 1954: início da intervenção estatal na Amazônia; De 1955 a 1964: estabelecendo as bases da integração na Região Norte ao conjunto do País; De 1964 aos anos 80: a extensão da fronteira; e Os anos 80: em direção a uma nova problemática. Ocupação, natureza e sociedade locais. (BAHIANA, 1991, p. 15).

Se a Região Norte, mais precisamente a Amazônia, nos referidos períodos foi palco de ações progressivas do Estado, a mesma sorte não abrigou a Região Nordeste, como demonstra o diálogo do então Presidente da República João Figueiredo com um fazendeiro do Estado da Paraíba. "Ano 1980 pasta 140 – diversos. Figueiredo: NE terá verba só se sobrar". (CAVA, 1985, p. 313). Isto exemplifica a existência de descontinuidade do planejamento no Brasil.

No Brasil, até o ano de 1930, a experiência de planejamento para o desenvolvimento de âmbito nacional e regional, praticamente não existiu. Essa realidade perdurou oficialmente até os anos de 1940. Registros na literatura



mostram que de fato, essa realidade não se ateve até 1940 ela se manifesta em 1980.

O primeiro Plano que registra o início do planejamento no Brasil, data de 1939 e 1943. Encontra-se registrado na literatura acadêmica com o seguinte título: O Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional (1939) e o Plano de Obras e Equipamentos (1943).

No período compreendido de 1950 até 1970 a experiência de planejamento do Brasil para o desenvolvimento de âmbito nacional e regional registra a presença determinante do Estado na formatação de planos visando o desenvolvimento e crescimento econômico. A matriz dominante era a de estratégias desenvolvimentistas.

A década de 1970 foi à década do Milagre Econômico, enquanto que a década de 1980 se caracterizou como a "década perdida".

Segundo Furtado (1972), o Milagre Econômico foi à conjunção do uso de capacidade produtiva ociosa, melhora nos termos de intercâmbio, de grande prosperidade nos países industriais, principais importadores do Brasil, e de endividamento externo em condições excepcionalmente favoráveis.

No final da década de 1970 o Brasil encontra-se imerso no que a literatura acadêmica classificou como "A crise do planejamento no Brasil. A preocupação central do governo foi deslocada do desenvolvimento para a estabilidade macroeconômica." (MATOS, 2002, p. 56 e 176).

A década de 1980 foi uma década de crise e descrença no planejamento para o macro desenvolvimento exógeno. Desenvolvimento esse, promovido pelo capitalismo dominante e predador dos recursos naturais esgotáveis com danos irreversíveis à biodiversidade.



O plano de ação governamental (PAG) lançado em 1987 parece chegar tardiamente, pois o contexto para aceitação nacional era de baixa credibilidade em relação aos planos de macro desenvolvimento federal. “Sabe-se, contudo, que a política de desenvolvimento não mais poderia atuar como nas décadas de 1950, 1960 e 1970, pois não seria funcional à nova realidade que se impôs a partir dos anos 80”. (MATOS, 2002, p. 178).

O plano de ação governamental (PAG), lançado em 1987, ao contrário dos planos de desenvolvimento que lhe antecedem, é o primeiro a conter “[...] como prioridades a eliminação dos desequilíbrios sociais, o desenvolvimento tecnológico, a formação de recursos humanos, o desenvolvimento do mercado interno, o crescimento da agricultura e o apoio a agroindústrias [...]”. (MATOS, 2002, p. 73).

Analisando os planos de macro desenvolvimento regional elaborados no Brasil, no período de 1950 até 1979, se constata a existência de uma experiência brasileira sobre planejamento com ênfase na Região Sul, Sudeste e Nordeste do Brasil, todos na formatação de PND’s que antecederam a implementação do novo modelo de planejamento – os planos plurianuais, os PPA’s, conforme estabelecidos pela Constituição Federal de 1988.

O Plano Salte (1950-1951). O Plano de Metas (1956-1961). O Plano Trienal (1963-1964). O Plano de Ação Econômica do Governo (1964-1967). O Plano Decenal (1967). O Primeiro Orçamento Plurianual de Investimentos (1968-1970). O Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970). O Plano de Metas e Bases Para a Ação do Governo (1970-1973). O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1972-1974). O segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979). O Terceiro Plano Nacional de Desenvolvimento (1980-1985). O Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República (1986-1989) e O Plano de Ação Governamental (1987-1991). (MATOS, 2002, p. 29-75).



O Plano Decenal, lançado em 1967, passou a contemplar na sua estrutura orçamentos para investimento na administração pública federal, inclusive, com orçamentos destinados a governos estaduais e municipais. Também projetava investimentos no setor privado e sociedades de economia mista. “Apesar de muito mais ambicioso que todos os outros planos governamentais, o Plano Decenal sequer começou a ser executado e foi arquivado sob uma capa silêncio. Em seu lugar foi implementado o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) de 1968 a 1970”. (IANNI, 1971, p. 41).

Os PND´s – Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborados antes ao mandato constitucional de 1988, tiveram uma implementação com resultados baixo ou nulo. Isso evidencia a baixa credibilidade do planejamento para o desenvolvimento regional da época e a própria incapacidade do governo de colocá-los em prática de forma estratégica e eficaz. A Constituição Federal de 1988 proporcionou a transição dos PND´s para os PPA´s.

No final da década de 1970 o Brasil encontra-se imerso no que a literatura acadêmica classificou como “A crise do planejamento no Brasil. A preocupação central do governo foi deslocada do desenvolvimento para a estabilidade macroeconômica.” (MATOS, 2002, p. 56 e 176). A década de 1980 foi uma década de crise e descrença no planejamento para o macro desenvolvimento exógeno. Desenvolvimento esse, promovido pelo capitalismo dominante e predador.

Com a crise do planejamento a partir de 80, o macro desenvolvimento exógeno em crise, uma nova realidade se impôs. Essa nova realidade demonstra que estavam reunidas as condições para o surgimento e dinamização do micro desenvolvimento endógeno fundamentado em uma nova teoria do desenvolvimento.

Os anos 80 deram início a uma nova teoria do desenvolvimento, conhecida como “desenvolvimento por baixo”. Ela opunha ao capitalismo dominante o potencial local de organização, propondo uma lógica de autonomia (relativa), quer dizer, um modo alternativo de desenvolvimento endógeno e localizado que contasse com suas próprias forças. Esta corrente de reflexão, marcada por uma



problemática ecologista, funcionou como um sinal de alarme. Ela se elevava contra a ditadura das grandes empresas e estruturas que esterilizam a imaginação criadora dos atores e desperdiçam os recursos humanos. (PIRES, 2007, p. 155).

Em contra posição, através de uma práxis de gestão de processo de ruptura ao macro desenvolvimento regional exógeno, passa a ser dinamizado o micro desenvolvimento regional endógeno no Brasil em geral e com ênfase ambientalista na Amazônia. O desenvolvimento endógeno passa a dispor de um conjunto de condições favoráveis que vão desde a liberdade de organização até o acesso a políticas públicas. Processo este que se caracteriza não por dádivas, mas, por conquistas irrigadas, mas por todos aqueles que foram martirizados, uns em morte e outros em vida.

A partir de 1988, a Constituição Federal, assegurou no seu Art. 5º e Art. 8º a livre associação sem interferência estatal. Isso permitiu que as organizações econômicas camponesas tivessem acesso às políticas públicas para o micro desenvolvimento regional local.

Art. 5º. Inciso XVIII – a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento; Incisos XXVI – a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de sua atividade produtiva, dispondo a lei sobre os meios de financiar o seu desenvolvimento; Art. 8º. É livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte: Inciso III – ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões jurídicas ou administrativas; (BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 23).



Em plena década de 1980, junto com a transição da opção de um macro desenvolvimento regional exógeno para o micro desenvolvimento regional endógeno, trata-se da eclosão de uma mudança de concepção e o estabelecimento de uma nova perspectiva de desenvolvimento, onde a economia campesina dos recursos naturais fundamenta-se na distinção entre recursos naturais esgotáveis e recursos naturais renováveis.

Nesta perspectiva, as organizações realizam com maior o menor salto de qualidade a transição de um estágio sócio político reivindicativo para um estágio sócio político empresarial empreendedor. Este processo recebe o aporte da pesquisa de excelência dos intelectuais orgânicos intra e extra mundo acadêmico. As organizações constroem o seu próprio Plano de Desenvolvimento com a visão de um desenvolvimento endógeno local, visando o desenvolvimento regional.

Do ponto de vista regional, o conceito de desenvolvimento endógeno pode ser entendido como um processo de crescimento econômico que implica uma contínua ampliação da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. A conclusão mais direta deste teorema é que nem todos os governos e comunidades locais estão dispostos a receber um pacote de bens públicos que nada tem a ver com suas necessidades nem com suas maneiras de executá-lo (TANZI, 1995, p. 55).

A Constituição Federal de 1988, no que diz respeito ao planejamento para o macro desenvolvimento econômico, é inegável a sua contribuição com a criação do PPA - Plano Plurianual. "Art. 21. Compete à União: IX - elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;" (BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 23).



A Constituição Federal, primando pelo princípio e estruturação federativa, que abrange a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, contemplou no seu "Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: VIII – fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar; X – combater as causas da pobreza [...]". Brasil. Constituição (1988, p. 27).

No que se refere ao desenvolvimento regional, aqui compreendido como Região Norte e Amazônia brasileira. A Constituição Federal de 1988 assegurou a criação e implementação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO).

Art. 159. A União entregará: I – do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma: c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte [...]. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO, 1988, p. 23).

Os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO), foram regulamentados pela Lei nº. 7.827, de 27 de setembro de 1989, lei esta que regulamentou o Artigo 159 da Constituição Federal brasileira.

A Lei nº. 7.827, de 27 de setembro de 1989, que regulamentou o Artigo 159, inciso I, alínea "c" da Constituição Federal, de 1988, criou os Fundos Constitucionais de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), do Nordeste (FNE) e do Norte (FNO).

O Brasil passou por uma crise de planejamento mesmo com a existência de muitos planos. Foi à época dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's). A Constituição Federal de 1988, promoveu a transição dos PND's para os Planos



Plurianuais (PPA's), estabelecendo ordenamento institucional para a elaboração e implementação do planejamento macro econômico regional. A transição dos PND's para os PAA's, impôs alterações no perfil e na concepção de planejamento no Brasil. Vale registrar a existência de significativa mudança mais de forma do que de conteúdo e principalmente de finalidade.

A Constituição Federal ao estabelecer à União, competência única pelo Planejamento Regional para o Desenvolvimento Econômico e Social, estabeleceu também, competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar, combatendo as causas da pobreza.

O paradigma de desenvolvimento predominante no Brasil no período de 1920 até 1979 com reflexos de sua presença até a primeira década do século XXI é a de um macro desenvolvimento regional exógeno caracterizado por continuidades, descontinuidades e voltado para a economia de fronteira.

Enquanto mais antigas periferias do sistema capitalista, o Brasil e a América Latina foram forjados numa economia de fronteira marcada pelo crescimento econômico, através da incorporação contínua de terras, recursos naturais e trabalho servil. E a Amazônia não fugiu à regra. O regime militar, com seu projeto de rápida modernização da sociedade e do território, levou ao auge a economia de fronteira. Para tanto, o Estado desenvolveu uma tecnologia espacial, impondo sobre o território uma malha de duplo controle, técnico e político - a "malha planejada", constituída do conjunto de programas e planos governamentais -, e abriu múltiplas fronteiras. (BECKER, 1993, p. 155).

Em contraposição ao Macro Desenvolvimento Regional Exógeno e muito mais em defesa das mais diversas formas de vida, com centralidade numa economia campesina moderna, as organizações sindicais e econômicas passam a construir e



estabelecer o seu próprio processo de Planejamento para o Micro Desenvolvimento Regional Endógeno, também conhecido como desenvolvimento local.

É importante registrar que mais do que uma questão de termos, trata-se de uma questão de concepção de diagnóstico, análise das informações, organização e planejamento enquanto tomada de decisão. Um dos diferenciais centrais deste processo é que no macro desenvolvimento regional exógeno o planejamento é realizado com a finalidade técnica de que os produtores de riquezas não sejam os seus legítimos proprietários e detentores.

Numa perspectiva coerente, no micro desenvolvimento regional endógeno objetiva-se que as riquezas sejam legitimamente daqueles que a produzem, que circulem entre micros regiões locais, gestem e gerem micro economia circulante nas localidades intra e inter regionais, desconcentrando e não concentrando riquezas. A esse respeito, assevera Brandão.

Brandão mostra a ênfase dada por este marco teórico às características culturais da comunidade, tais como a propensão ao voluntariado, à cooperação, dentre outras formas de solidariedade. [...] nos últimos anos a concepção de que a escala local tem poder ilimitado invadiu o debate sobre o desenvolvimento urbano e regional, no Brasil e no mundo. (BRANDÃO, 2003, p. 91).

Os contextos nacionais e internacionais evidenciavam a existência de uma conjuntura marcada fortemente por uma ordem econômica vivenciando um acentuado processo de mudanças. O mesmo ocorrendo com a política em nível mundial. Nesta conjuntura estavam presentes elementos determinantes como: vetores científico tecnológico, a crise ambiental e os movimentos sociais. Assim, estava posta a necessidade, e reunidas às condições para a mudança de paradigma.

A ação conjunta desses elementos resulta na mudança do paradigma de desenvolvimento baseado na economia de fronteira, para um



padrão de desenvolvimento sustentável, baseado na eficiência máxima e desperdício mínimo no uso dos recursos naturais (BECKER, 1993).

No âmbito e perspectiva dos entes públicos, federal e estadual, existe a execução de planejamento desenvolvimentista no Brasil. O mesmo não se verifica no que se refere ao ente público no âmbito municipal. Apesar da responsabilidade estabelecida pela Constituição Federal, conforme já evidenciado, é baixa ou nula, a existência de planos municipais de micro desenvolvimento regional endógeno visando atender o que estabelece o “Art. 23. Incisos VIII e X”. (BRASIL. CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988).

O desenvolvimento brasileiro tem se baseado nos processos de industrialização. Estes processos têm ocorrido de forma extremamente concentrada. A centralização dos fluxos de EMI – Energia, Matéria e Informação, que se reflete em uma intensa tensão ambiental, em parte é causada por estruturas a existência de três níveis – federal estadual e municipal, faltando estruturas intermediárias que promovam o desenvolvimento regional. (CAVALCANTI, 1997, p. 75).

Aliado a ausência de estruturas intermediária que promovam o desenvolvimento regional, faz-se necessário considerar o processo de planejamento para o micro desenvolvimento regional endógeno, enquanto instrumento racional para definição de objetivos e metas, incluindo os meios para alcançá-los. Desta forma, ao planejamento torna-se imprescindível a diagnose e pro gnose, como forma de assegurar ação sobre as causas e não apenas sobre os efeitos.



O estilo de desenvolvimento brasileiro tem-se caracterizado por um crescimento econômico considerável e pela possibilidade de satisfação das necessidades básicas e de acesso ao consumo de parte da população, apesar de extremamente concentrada e socialmente excludente, além de em grande parte do território este estilo de desenvolvimento ser predatório tanto em relação ao homem, quanto ao meio ambiente. (CAVALCANTI, 1997, p. 75).

A referência oportunizada por Cavalcante (1997) evidencia a característica predominante do desenvolvimento brasileiro ao destacar o “crescimento econômico”, enquanto que Santana (2004) ao tratar da “evolução da economia” assevera a necessidade de “[...] satisfazer as ilimitáveis necessidades do homem”. Isto desvela a existência histórica de crescimento econômico e acumulação de riquezas, mas também, crescimento da pobreza, que, na atualidade, atinge escala global.

Assim, não basta planejar para desenvolver. É urgente inserir no planejamento para o desenvolvimento, o plano de distribuição equitativa das oportunidades e riquezas. Em países como o Brasil, o planejamento deve ser no sentido de corrigir a mentalidade escravocrata mercantilista reinante. Porém é sabido que mentalidades não se alteram com relativa facilidade. Nesta perspectiva, a geografia da cultura nos ensina que se transformem as estruturas físicas para que as relações se alterem com mais operacionalidade.

O ato de planejar é inerente à natureza humana. A origem do planejamento tem como os seus primeiros registros o fato de que “o homem começou a planejar a partir do momento em que principiou a pensar e que o processo de planejamento desde as primeiras civilizações sempre foi adotado sob forma distintas das atuais”. (SILVA, 2007, p. 5). Neste estágio do planejamento, as formas distintas das atuais consistem no fato de que o planejamento acontecia sem a prioridade da presença do planejamento a médio e longo prazo.

A antiguidade deixou um legado de sólidos exemplos e ensinamentos no que se refere à importância da existência do planejamento a médio e longo prazo. A



literatura especializada em origem e evolução do planejamento registra que os primeiros planos e projetos de médio e longo prazo tiveram início no Egito, na China, em Roma e na Mesopotâmia.

Primeiros Planos e Projetos de médio e longo prazo foram as pirâmides do Egito; a grande muralha da China; a aquedutos e estradas do Império Romano; irrigação agrícola da Mesopotâmia antiga; as obras civis nas cidades gregas e romanas; as embarcações das mais distintas civilizações antigas e os planos de expansão da rota comercial do Báltico no século XVI. (SILVA, 2007, p. 15).

A Idade Moderna, no período compreendido de 1884 até 1947, registra a existência de cinco planos de desenvolvimento que se constituíram paradigmas de referência ao planejamento para o macro desenvolvimento econômico regional exógeno.

Primeiros Planos de Desenvolvimento na Idade Moderna 1884 – Plano Decenal Japonês, 1916. Planejamento empresarial de Fayol, 1920. Processo de Planejamento na URSS, 1946. Plano de Recuperação Econômica da França, 1947. Plano de Recuperação Econômica da Europa e do Japão (Plano Marshall). (SILVA, 2007, p. 21).

O planejamento no Brasil no período de 1824 até 1881, tem a sua origem no período imperial e se estende até o início da república velha. Esse período registra a origem do Planejamento Público no Brasil, cujos principais atos materializados durante o período imperial, assim podem ser verificados.

Em 1824 – 1^a Constituição: dispositivos sem imigração e colonização. Em 1828 – 2^o orçamento nacional para 1829. Em 1869 – Plano Moraes: navegação interior, rejeitado pelo Parlamento. Em



1874 – Plano Queiroz: Esboço de plano de viação para o império, articulando estradas e ferrovias rejeitadas pelo Parlamento. Plano Rebouças: Construção de ferrovias de ligação de portos ao interior. Em 1881 – Plano Bicalho: Rede Geral de Comunicações, visando articular ferrovia com navegação fluvial. (SILVA, 2007, p. 23).

O planejamento público no Brasil, a origem dos seus principais atos, datam da existência da república velha. Os principais atos que caracterizam esse período do planejamento vão de 1898 até 1906 com a existência do plano de valorização do café. “De 1898-1902 – Plano de Recuperação Econômica do Governo Campos Sales, e 1906 – Plano de Valorização do Café”. (SILVA, 2007, p. 23).

O primeiro governo de Getúlio Vargas teve o seu plano de desenvolvimento estruturado e voltado para a agricultura, infra-estrutura, indústria, planejamento e administração. A agricultura contou com uma estrutura de viabilização organizada pela existência de conselho, institutos, departamentos, banco, comissão financeira e serviços. O objetivo principal era viabilizar os seguimentos da agricultura brasileira.

1931 - Conselho Nacional do Café; Instituto do Cacau da Bahia;
1933 - Departamento Nacional do Café; Instituto do Açúcar e do
Álcool; 1938 – Instituto Nacional do Mate; 1940 – Instituto Nacional
do Pinho; Instituto Nacional do Sal; 1942/3 – Banco de Crédito da
Borracha; Comissão Financeira da Produção; 1944 – Serviço de
Expansão do Trigo. (SILVA, 2007, p. 28).

Ainda no governo de Getúlio Vargas, o plano de desenvolvimento com a finalidade de viabilizar os seguimentos da agricultura brasileira, cuidou de assegurar o suporte indispensável através de infra-estrutura e indústria. O plano previa a articulação entre o setor primário e secundário como elo importante ao planejamento para o macro desenvolvimento econômico regional exógeno.



Em 1938 - Conselho Nacional do Petróleo, 1939 – Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica, 1940 – Conselho Nacional de Minas e Metalurgia, 1942 – Companhia Vale do Rio Doce; Companhia Nacional de Alcalis, 1943 – Companhia Siderúrgica Nacional; Fábrica Nacional de Motores, e 1945 – Centrais Elétricas do Vale do São Francisco. (SILVA, 2007, p. 18).

O planejamento adotado no primeiro governo de Getúlio Vargas contém a visão estratégica do planejamento voltado para a estruturação e desenvolvimento direcionado para o mercado interno e externo. Assim, planejou demonstrando centralidade na agricultura, na infra-estrutura, indústria, planejamento e administração.

Em 1934 - Conselho Federal de Comércio Exterior, 1934 – Plano Geral de Viação Nacional; Instituto Nacional de Estatística, 1938 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1938 – Departamento de Administração do Serviço Público – DASP, 1944 – Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial. (SILVA, 2007, p. 15).

Apesar dos documentos oficiais demonstrarem a existência de um planejamento estruturado no primeiro governo de Getúlio Vargas, evidenciando estruturação para o desenvolvimento voltado para o mercado interno e externo, há na literatura registros de que “[...] o planejamento foi marcado pela ocasionalidade e falta de continuidade”. (MATOS, 2002, p. 24).

Essa afirmação, conforme citação acima, nos revela a marca histórica e negativa da cultura brasileira no que se refere à atitude de planejar sobre o ocasional e em seguida cair na descontinuidade. Estes dois elementos indicam as causas do insucesso no processo de planejamento para o desenvolvimento no Brasil.

O plano especial de obras públicas e aplicação de defesa nacional de 1939 e o plano de obras e equipamentos de 1943 são considerados como o início do planejamento no Brasil. O plano SALTE, destinado a prever e prover o



desenvolvimento brasileiro esteve em vigência no período de 1946-1950 e é considerado não um plano e sim um programa de gastos públicos.

Primeiro ensaio de planejamento econômico no Brasil. Representava a soma de sugestões dos vários Ministérios. Dava prioridade a quatro áreas: saúde, alimentação, transporte e energia, daí a sigla SALTE. Os recursos para sua execução seriam provenientes da receita federal e de empréstimos externos. (MATOS, 2002, p. 29).

O segundo governo de Getúlio Vargas de 1951-1954 teve o seu plano de desenvolvimento estruturado na perspectiva de assegurar o reaparelhamento econômico elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, e sua estrutura e principais características evidenciam um perfil de plano estruturante.

2º Governo Getúlio Vargas, 1951 – Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico, 1952 - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE. Surgiu como órgão técnico para executar o programa de reaparelhamento econômico elaborado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Fomento ao desenvolvimento de setores básicos da economia brasileira, nos planos público e privado; 1953 – PETROBRÁS: Monopólio estatal da Exploração do Petróleo, SPVEA: 1ª Experiência de Planejamento Regional na América Latina. (SILVA, 2007, p. 22).

O Governo Juscelino Kubitschek 1956-1960 se empenhou no processo de Consolidação do Planejamento Público no Brasil. O seu plano, denominado de Plano de Metas foi elaborado tendo como fundamento o conteúdo do relatório da comissão Mista Brasil-Estados Unidos e também nos estudos elaborados pelo grupo de trabalho constituído por integrantes da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Trata-



se de um plano elaborado numa época em que o nacionalismo assuma uma nova característica dentre as demais citadas: o desenvolvimentismo.

Elaboração baseada no relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Teve origem nos estudos do grupo CEPAL-BNDE e representou o primeiro intento de submeter o desenvolvimento global do País à supervisão sistemática do Poder Público. Gestão compartilhada entre o setor público e o privado através do Conselho de Desenvolvimento e grupos executivos setoriais. Estímulo à industrialização, eliminando pontos de estrangulamento na infraestrutura e na demanda de vários setores da economia. Financiamento público, empréstimos externos, investimentos privados, abertura ao capital estrangeiro. Trinta objetivos em cinco grandes metas: energia, transportes, alimentação, indústrias de base e educação (formação de pessoal técnico). Primeiro Plano bem sucedido – Todas as metas foram cumpridas 1959 – SUDENE: Agência projetada por Celso Furtado para planejar e executar o desenvolvimento da Região Nordeste. (SILVA, 2007, p. 30).

O processo de Consolidação do Planejamento Público no Brasil prossegue no Governo João Goulart 1961-1964. O seu plano foi elaborado por Celso Furtado e tinha como meta o crescimento econômico rápido. É considerado um marco histórico pelo fato de ter ido além da concepção plurisetorial com projeções globais da economia. Visava modificações estruturais no que se refere a “[...] distribuição de renda, melhoria de recursos humanos, correção das disparidades regionais, organização do setor governamental, e eliminação de entraves institucionais”. (MATOS, 2002, p. 35).

O processo de Consolidação do Planejamento Público no Brasil, ao contrário do que ocorreu em outros momentos, dessa vez foi interrompido através de um golpe militar que degradou grande parte da massa crítica existente no Brasil. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social, implementado de forma incompleta entre 1962-1963, apresentava as seguintes características.



Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social. O plano foi interrompido pelo Golpe Militar de 1964. O plano de transição econômica: modelo de “substituição de importações”, para superar desequilíbrios estruturais da economia brasileira; reforma fiscal, redução do dispêndio público, mobilização de recursos externos; interrompido. Proposta de Criação do Sistema Nacional de Planejamento por Celso Furtado. (SILVA, 2007, p. 38).

Enquanto plano de metas, o plano trienal não teve sucesso. Sofreu pressões de grupos populistas e grupos de classe economicamente dominantes que buscavam impedir as reformas de base. O referido plano foi classificado pelas classes conservadoras como portador de posições reformistas o que levou as classes conservadoras em contraposição às classes reformistas a promover o Golpe Militar de 1964 e implantar o Plano de Ação Econômica do Governo Militar.

Os governos militares permaneceram no poder no período de 1964 até 1985 como se convencionou classificar. Durante esse período verifica-se a existência de um conjunto de Planos de Ação. O Plano de Ação Econômica do Governo 1964-1967. O I Plano Nacional de Desenvolvimento 1972-1974. O II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975-1979. Pós 1979, como a seguir se pode verificar as características que constituíam cada Plano dos Governos Militares, o III PND e I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República, se constituíram documentos meramente formais. Trata-se de um período de profunda gestação do que foi a década de 1980.

Decreto-Lei Nº 200. Governo Castelo Branco. Inflação de 90% em 1963. Dentre outras inovações, organizou a orçamentação pública e instituiu a delegação de autoridade, a coordenação e o controle na Administração Pública. O Decreto promoveu a descentralização administrativa e a expansão da administração indireta (sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações e autarquias).



Favoreceu também o desenvolvimento de uma tecnoburocracia qualificada, coexistente com o núcleo tradicional da administração direta. (SILVA, 2007, p. 38-40).

1972 - I Plano Nacional de Desenvolvimento. 1972-1974 - Governo Emílio Médici. Início do ciclo dos PND, marcando a fase conhecida como "milagre brasileiro", que se caracterizou pelo crescimento econômico acelerado, grande afluxo de capitais externos e substituição das importações. A marca registrada do I PND são os grandes projetos de integração nacional e expansão das fronteiras de desenvolvimento. (SILVA, 2007, p. 38-40).

1975 - II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND. Governo Ernesto Geisel 1975-1979. O II PND enfatizou o investimento em indústrias de base e a busca da autonomia em insumos básicos. A preocupação com o problema energético era evidente, com o estímulo à pesquisa de petróleo, o programa nuclear, o programa do álcool e a construção de hidrelétricas, a exemplo de Itaipu. Em 1979, o 2º choque do petróleo leva ao declínio do desempenho econômico. Tem início um período de inflação exacerbada. O planejamento governamental é profundamente esvaziado, tornando os planos seguintes - o III PND e I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República - documentos meramente formais. (SILVA, 2007, p. 38-40).

O III PND - Plano Nacional de Desenvolvimento e I Plano Nacional de Desenvolvimento da Nova República explicitam o encerramento da valorização do processo de planejamento enquanto instrumental de controle e avaliação da política de governo da era militar. Essa realidade, analisada por Lopes e Bresser Pereira, assim fica demonstrada.



Segundo Lopes (1990), o Plano foi preparado apenas para o cumprimento de uma determinação legal, sob a égide de um ministro cujo comandante não via qualquer utilidade prática no processo de planejamento e sendo assim, o III PND viu-se logo relegado ao esquecimento. Bresser Pereira (1998), o III PND refletiu não apenas a crise econômica como também a própria crise do governo, incapaz de formular um plano de ação coerente.

Os Planos de Estabilização da Economia 1986-1995 durante o Governo Sarney, 1985-1990 denominados de Plano Cruzado I, Plano Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão apresentam o seguinte conjunto de características.

Plano Cruzado I, implementado em fevereiro de 1986, heterodoxia econômica e tratamento de choque, congelamento de preços, salários, tarifas e câmbio, com troca de moeda, com corte de três zeros do antigo cruzeiro, e tabelamento da indexação. Plano Cruzado II, novembro de 1986, aumento de tarifas, reajuste de preços, reindexação da economia e criação de um gatilho salarial, aumento da carga fiscal. Plano Bresser, junho de 1987, novo choque cambial e tarifário, com congelamento de preços, salários e aluguéis e estabelecimento de novo indexador, abandonado depois, câmbio continuou no regime de minidesvalorizações, fracasso do plano devido à incapacidade do governo de aprovar um ajuste fiscal. Plano Verão, janeiro de 1989, congelamento de salários e tarifas novas reforma monetária, cortou três zeros do Cruzado, desvalorização e congelamento do câmbio. (SILVA, p. 45).

O Plano "Brasil Novo" ou Plano Collor I e II, como ficou mais conhecido, no Governo Fernando Collor de Mello, 1990-1992, lançado em março de 1990, promoveu o mais brutal dos impactos econômicos afetando o desenvolvimento de forma nunca registrada na história do Brasil, como registram as suas principais características.



O Plano Collor I se caracterizou por ter promovido o choque mais brutal já conhecido na história econômica do Brasil, nova reforma monetária com reintrodução do cruzeiro, confisco de todas as aplicações financeiras e limite aos saques das contas à vista, liberalização cambial, com flutuação temporária do dólar. O Plano Collor II, fevereiro de 1991, se caracterizou pela redução dos controles financeiros, liberalização parcial de preços e tarifas, com novo plano de tabelamento tentativa de desindexação, nova fixação do câmbio, seguida de novo surto inflacionário, mas sem substituição ou correção da moeda. (SILVA, p. 48).

O Brasil vivencia, após o Impitiman de Collor, o período do governo Itamar Franco 1992-1994, com a presença do Fundo Social de Emergência constituído por duas fases do Plano Real. O governo Itamar Franco, teve como ministro da Fazenda inicialmente Fernando Henrique Cardoso e em seguida, Rubens Ricupero, no período de 1993-1994. Os planos desse governo apresentaram as seguintes características.

Atuação sobre as causas da inflação: o déficit público; desvinculação orçamentária e criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira – IPMF. Criação da URV, ou cruzeiro real, em abril de 1994, na segunda fase do Plano Real, uniformizando os ajustes de preços relativos, reforma monetária, com substituição do meio circulante pelo real, fim da indexação, sem congelamento de preços, câmbio administrado com liberalização progressiva dos fluxos de capitais, âncora monetária e ancora cambial e intenso processo de reformas no âmbito do Estado. (SILVA, p. 50).

Com a deposição, do governo Collor de Melo, viveu-se o breve governo de Itamar Franco, no período de 1996-1999. No período de 2000 a 2003, o Brasil vivencia o governo de Fernando Henrique Cardoso que implementou o processo de



consolidação do Plano Real com significativo controle da inflação. Essa gestão de governo ficou caracterizada pela presença dos seguintes elementos.

Introduziu novos conceitos no planejamento federal, estabeleceu novos eixos nacionais de integração e desenvolvimento como referência espacial do desenvolvimento, e os projetos estruturantes, essenciais para as transformações desejadas no ambiente econômico e social. O Programa Brasil em Ação agregou ao Plano o gerenciamento de empreendimentos estratégicos. Introduziu na administração pública federal a gestão por resultados, programa como unidade de gestão, integração entre planos, orçamento e gestão, fortalecimento do conteúdo estratégico por meio do estudo dos eixos gerenciamento e avaliação de desempenho em todos os programas do governo federal. (SILVA, p. 53).

No período de 2004 a 2007, o Brasil vivencia o primeiro mandato do Governo Lula. As suas principais características se expressam com significativa capilarização nos diversos setores e segmentos sociais e econômicos, revelando índices positivos de desempenho e aceitação, nunca registrados pela análise dos Planos de Desenvolvimento Elaborados no Brasil após o II Plano Nacional de Desenvolvimento.

Estabilidade econômica, com desenvolvimento e inserção social. Elaboração do PPA participativo, mas implementação centralizada e ineficiente. Ausência de um Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional que dê substância e efetividade ao PPA. Pulverização e Centralização das concepções e gestão dos projetos de desenvolvimento regional. Ministérios: Integração Nacional. Desenvolvimento Agrário. Cidades e Planejamento. (SILVA, p. 55).

O processo de evolução do planejamento e estratégias para o desenvolvimento no Brasil tem desencadeado confrontações periódicas no âmbito nacional, regional e estadual. Este processo se configura pela presença efetiva das



características denominadas de nacionalismo, desenvolvimentismo e econômico-associado.

Estratégias de Desenvolvimento Nacionalista nos períodos de 1930-1945; 1951-1954 e 1961-1964, comportando as características de generalização do planejamento indicativo de Estado como forma de organização da ação do governo na economia para garantir a nacionalização dos centros de decisão. Econômico-associado nos períodos de 1946-1950; 1955-1960 e desde 1964 com as características de subordinação aos centros dinâmicos de decisão vinculados às economias centrais. Planejamento como instrumento de organização do Estado limitado a setores específicos e restritos a formalização dos orçamentos públicos ou limitados à ocorrência de política ou planos macroeconômicos. O nacionalismo assume uma nova expressão de desenvolvimentismo. (SILVA & MATOS, p. 31 e 55).

O processo de planejamento para o desenvolvimento no Brasil, desde a década de 1930 esteve sob a orientação de uma estratégia econômica para a industrialização através da substituição de importações. Este processo chega aos anos de 1950, 1960 e 1970 tendo como principal preocupação o crescimento econômico. Por mais de três décadas a estratégia predominante era a desenvolvimentista, sendo que na década de 1970 a política macroeconômica elegeu como preocupação central a estabilidade econômica. A Constituição Federal de 1988 institui e estabelece o PPA – Plano Plurianual.

Com a presença da Constituição de 1988, principalmente no que registra o seu Artigo 21, evidenciando que “Compete a União: elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social”. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL, 1988, p. 23), o marco referencial do planejamento no Brasil para o desenvolvimento se constitui pelas seguintes características:



A Constituição Federal de 1988 instituiu o Plano Plurianual - PPA como principal instrumento de planejamento de médio prazo do governo brasileiro. O PPA deve estabelecer de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada. A vigência do PPA inicia-se no segundo ano do mandato presidencial e finda no primeiro ano do mandato seguinte. O primeiro PPA, para o período 1991-1995, foi elaborado com o objetivo principal de cumprir a exigência constitucional. (SILVA, p. 33).

O Estado brasileiro, no que se refere ao planejamento para o desenvolvimento regional na Amazônia, antes do Governo Militar, tem tratado essa prioridade sob uma perspectiva que se caracteriza pela política de conveniências sem uma definitiva preocupação de continuidade. Numa breve retrospectiva para se verificar o tratamento do Estado brasileiro com o processo de desenvolvimento na Amazônia, verifica-se as seguintes características:

Inexistência de políticas públicas até o ciclo da borracha 1890-1910. Em 1912 - Plano de Defesa da Borracha. Em 1942-47 – Batalha da Borracha: Primeira presença oficial e marcante do Estado brasileiro na Região. Ação desencadeadora: Acordos de Washington e Marcha para o Oeste – Discurso de Vargas no Teatro Amazonas. Instituições criadas no período: Instituto Agrônomo do Norte. Serviço de Navegação da Amazônia. Administração dos Portos do Pará e dos Aeroportos dos Territórios Federais de Rondônia, Roraima e Amapá. Banco de Crédito da Borracha. Serviço Especial de Saúde Pública, primeiro Programa Social na Amazônia. A Constituição de 1946 destina 3% da renda tributária da União para aplicação no Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Somente no segundo governo



Vargas, em 09/01/1953 foi criada a SPVEA – Superintendência para a Valorização da Economia Amazônica. (SILVA, p. 39).

A SPVEA - Superintendência para a Valorização da Economia Amazônica constitui-se na primeira tentativa de planejamento regional em toda América Latina. Na Amazônia, via Planejamento do Governo Federal, a SPVEA - Superintendência para a Valorização da Economia Amazônica esteve presente no período que se registra de 1953-1964, apresentando as seguintes características de sua atuação.

A SPVEA - Superintendência para a Valorização da Economia Amazônica, primeira manifestação concreta e articulada de políticas públicas oficiais na Amazônia, apesar de seu fracasso, apresentou amplo diagnóstico sobre situação e condições de vida da população e potencialidade do desenvolvimento regional. Existência de clientelismo e empreguismo demandado pelas elites regionais. Fracasso do Plano. Paralisia e estagnação da instituição. (SILVA, p. 39).

Das preocupações do Estado brasileiro com a Amazônia, o Planejamento do Governo Militar, precedido das preocupações de Getulio Vargas em 1940, figura-se como sendo o planejamento de maior impacto sócio político, econômico e ambiental sobre a Amazônia. Suas características se constituem denúncia viva das práticas de Planejamento Orientado pela Estratégia de Ocupação Militar.

Governos Militares 1964-1985. Marco histórico precedente. Rodovia Belém-Brasília -1960. Estratégias do primeiro governo militar. Operação Amazônia – 1966. Presença da SUDAM e BASA com incentivos fiscais, FIDAM. Em 1967 criação da SUFRAMA (Zona Franca de Manaus). Em 1970 - PIN/Proterra. Rodovia Transamazônica e Cuiabá-Santarém. Em 1970 – INCRA. Projetos de Colonização: Altamira; Itaituba; Marabá; Rondônia, (Rodovia Cuiabá - Porto Velho). Em 1972 – PROBOR (Plantio da Seringueira). Em



1974 – POLAMAZÔNIA. Em 1975 – PROJETO RADAM (Pesquisa Mineral). Em 1980 – Programa Grande Carajás; GETAT. Em 1981 – GEBAM; e em 1985 – PRODIAT. (SILVA, p. 44).

A experiência do Brasil com planejamento para o desenvolvimento pode ser dividida em dois períodos que se caracterizam pela presença efetiva do I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento, e o II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento.

A fase atendida pelo I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento compreende de 1950 até 1979, se caracteriza pela presença de “[...] políticas explícitas de incentivo ao crescimento econômico [...]”. (MATOS, 2002, p. 177).

A transição da existência do I PND – Plano Nacional de Desenvolvimento para o II PND - Plano Nacional de Desenvolvimento, foi caracterizada pela presença do planejamento regional e pela crise do planejamento do Brasil.

No Brasil, os planos para o desenvolvimento elaborados na década de 1980, e principalmente aqueles anteriores ao mandato constitucional de 1988, se caracterizam pela constatação de baixa implementação. “Além disso, a preocupação central do governo foi deslocada do desenvolvimento para a estabilidade macroeconômica”. (MATOS, 2002, p. 176).

A análise dos aspectos relevantes que constituem o III PND, o I PND-NR (da Nova República) e o PAG, evidencia que suas elaborações visavam tão somente cumprir o requisito estabelecido pela Constituição Federal vigente naquele período. A constituição Federal de 1988 cria e institui o PPA - Plano Plurianual.

O primeiro PPA do ano de 1991 foi criado com a finalidade de atender o mandato constitucional. Sua análise revela ausência de características de um instrumento constitucional com a finalidade de implementar o desenvolvimento. “Criado também apenas para cumprir o mandato constitucional, suas propostas se distanciaram em muito das verdadeiras intenções do governo e foi logo esquecido diante da crise política que o país enfrentou em 1992”. (MATOS, 2002, p. 176).

Os planos de desenvolvimento elaborados no Brasil, até então, revelam ausência de uma efetiva preocupação com o planejamento para o desenvolvimento



no âmbito federal. Somente a partir de 1996, com o segundo PPA, denominado de PPA-1996, é que podemos perceber a presença da preocupação gradativa para que fosse retomado o planejamento para o desenvolvimento no país.

A Constituição Federal de 1988, ao institucionalizar o PPA – Plano Plurianual, também criou o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, que por natureza constitucional e regulamentação legal, os recursos financeiros devem ser investidos no desenvolvimento regional na Região Norte e, portanto em grande parte da Amazônia brasileira. As suas prioridades de investimento convergem para as atividades rurais abrangendo atividades Agro extrativistas voltadas para Agroindústria.

A evolução do pensamento econômico, da economia e suas práticas, registram que desenvolvimento rural e crescimento econômico rural e urbano, mantêm relações intrínsecas. Principalmente em nações, regiões e localidades portadoras de macro vetores e macro e micro potenciais para agricultura em pequena, média ou grande escala. Os fisiocratas e os clássicos, afirmavam que:

[...] a agricultura é a única atividade capaz de gerar excedentes suficientes para estimular o crescimento dos outros setores da economia Nesta perspectiva, os clássicos assim percebiam a relação entre agricultura, desenvolvimento e crescimento econômico rural e urbano. a queda dos retornos marginais das terras agrícolas poderia levar a uma estagnação econômica. (SANTANA, 2002, p. 29).

A agricultura é por natureza uma matriz geradora de desenvolvimento e riquezas além de contribuir com a manutenção das raízes culturais de uma nação, de regiões e povos. Quando planejada de forma inteligente, se constitui em vetores para o desenvolvimento.

A análise dos planos nacionais de desenvolvimento (PND's), elaborados no Brasil e efetivamente executados, demonstra uma presença incipiente quanto à importância da agricultura enquanto matriz do desenvolvimento.



Mellor (1961 e 1984) definiu e analisou o papel da agricultura para o desenvolvimento econômico e chamou à atenção para a importância de se compreender o processo de crescimento agrícola como fonte fundamental do crescimento.

É com a promulgação da Constituição Federal de 1988, e a institucionalização do PPA – Plano Plurianual, que os planos de desenvolvimento elaborados no Brasil, passam a conceber e dispor atenção para a importância da agricultura enquanto vetor de macro e micro desenvolvimento econômico na totalidade das regiões e localidades do país.

Do primeiro PPA, de 1991, ao avanço Brasil, de 2000, que usa o modelo de gerenciamento na execução dos programas, notam-se consideráveis progressos em termos de valorização do planejamento e de um esforço maior para o aprimoramento na implementação e no alcance de objetivos. (MATOS, 2002, p. 177).

É com o PPA-2000, mais exatamente a avaliação de resultados do período 1999-2000, onde se verifica a presença de investimento direto na agricultura familiar. Ao contrário dos PPA's anteriores, esse trouxe a característica de investimentos diretos. A partir de então, o investimento na agricultura aumenta a cada PPA's existentes. A partir do PPA-2000, os agricultores familiares que eram excluídos da política pública, agora, são incluídos.

[...] no ano 2000 a indústria apresentou uma expansão de 5% após dois anos de variações negativas. No entanto, a agricultura apresentou uma redução em sua taxa de crescimento, atingindo apenas 3%, o que pode estar associado às condições climáticas adversas. (MATOS, 2002, p. 109).



A argumentação feita pelo conjunto de especialistas em desenvolvimento rural, como "Gonçalves, 1999, Rangel, 1962, Paiva, 1968, e Furtado (1972) argumenta que a não-solução dos problemas agrários conduz à constituição de uma sociedade formada por uma população de excluídos". (GONÇALVES, 1999, p. 79). A seguir uma síntese dos argumentos do referido especialistas em desenvolvimento rural.

No período de 1968 a 1999, estudos realizados alertam para a não-solução dos problemas agrários, a formação de uma população de excluídos, a existência de terras contínuas em abundância, a oferta de mão-de-obra que permanecem elásticas no conjunto do setor agrícola, favorecendo o avanço das lavouras comerciais, o emprego de mão-de-obra sazonal, demandando a necessidade de grande capital financeiro. Gonçalves, 1999, Rangel, 1962, Paiva, 1968, e Furtado (1972).

O planejamento para o desenvolvimento brasileiro tem buscado manter-se centrado no processo de industrialização do país. Trata-se de um processo macro desenvolvimentista que valoriza o macro potencial nacional e regional, em detrimento da diversidade dos micros potenciais territoriais e locais, que promovem uma economia circulante em nível local.

O planejamento para o micro desenvolvimento rural sustentável endógeno gera riquezas que permite enfrentar o subdesenvolvimento transformando o arcaico em moderno rural brasileiro. Para sua efetivação, fazem-se necessários "[...] a modernização da agricultura brasileira, tomando a agroindústria do setor rural como elo capaz de homogeneizar as condições estruturais do setor rural". (PAIVA, 1968, p.76).

O fundamento para o micro desenvolvimento regional rural endógeno, por mais amplos e suficientes que pareçam se constituem de alcance parcial. Faz-se necessário estabelecer relações entre os diversos setores e seguimentos da



economia com a presença de mudanças tecnológicas apropriadas, infra-estrutura social e econômica para que se possam transpor fronteiras.

Na região norte, ganha vigor e importância o elemento conceitual de “[...] atividade chave, subjacente à teoria do desenvolvimento regional desequilibrado de Hirschman (1958) e Perroux (1967), associado ao conceito de cadeia produtiva e à teoria dos aglomerados sinérgicos de Porter (1999)”.

A atividade-chave consiste em promover a indução de uma elevação no montante global das vendas ou compras. Este processo é viabilizado devido à existência de uma cadeia de processos de negócios. A operacionalização acontece através da presença de organizações econômicas de pequeno, médio e grande porte, situadas no local geográfico. A atividade-chave é própria da natureza das Organizações Cooperativas e Empresas de Participação Comunitárias.

Aglomerado ou agrupamento produtivo regional é uma rede de conexões comerciais que se desenvolve dentro de uma localização geográfica, na qual a proximidade das empresas complementares e as instituições afins asseguram certas formas de afinidades e aumenta a frequência e o impacto das interações econômicas. (PORTER, 1999, p. 33).

A atividade-chave, presente na teoria do desenvolvimento regional de Hirschman tem como característica central a capacidade de promover impactação econômica, transformação da estrutura de economias regionais, alterando os níveis de desenvolvimento. “O progresso econômico se manifesta a partir das forças que emergem dessa concentração espacial de atividades-chave e não de modo simultâneo em toda parte da economia”. (HIRSCHMAN, 1958, p. 59).

A agroindústria, enquanto resultante de processo de organização social e organização da produção, se constitui numa estratégia potencial e pouco utilizada ou permitida, para que as organizações econômicas camponesas, promovam um salto qualitativo no seu processo de organização, com acesso e implementação de política pública para o planejamento do micro desenvolvimento regional endógeno.



A agroindústria alimentar, em áreas rurais, tem a vantagem de absorver para a área próxima a produção agrícola e abrir o caminho para ampliar o consumo local e as oportunidades de acesso a mercado por parte dos agentes menos favorecidos, que são os produtores da agricultura familiar. O potencial de processamento cria emprego e renda nas áreas rurais e no entorno destas áreas. (SANTANA, 2002, p. 42).

O Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, no que se refere ao plano de aplicação dos recursos financeiros para o desenvolvimento, abrange o setor rural e industrial. Para efeito deste estudo, a análise abrange o Prodex e o Prorural-Pronaf – FNO Especial.

Prodex (FNO-especial): apóia o extrativismo vegetal, vinculados a associações ou cooperativas de produção. **Prorural-Pronaf** (FNO-especial): atende a micro e pequeno, por meio de organizações associativas, com o fito de fortalecer a agricultura familiar e propiciar sua integração vertical. (SANTANA, 2002, p. 49).

Celso Furtado e Santana, o primeiro tratando sobre o subdesenvolvimento na Amazônia, registra a importância da agroindústria com produtores organizados e capacitados, enquanto que o segundo ressalta a importância da economia enquanto ciência social. Ambos asseveram.

[...] uma maneira de superar o subdesenvolvimento de regiões como a Amazônia é estimular a implementação de agroindústrias com vocação exportadora, alimentada por produtores organizados e capacitados para tornarem o processo competitivo e sustentável. (FURTADO, 1991, p. 99).

“[...] a economia passou gradativamente da consideração da natureza ao homem, depois às coisas e, em seguida, aos



mecanismos econômicos. Na primeira década do século XXI, é importante ressaltar a Economia enquanto ciência social [...]". (SANTANA, 2004, p. 63).

A abordagem de Celso Furtado e Santana, respectivamente, enfatizando a importância de se implementar agroindústrias na Amazônia e valorização da economia como ciência social, convergem com o que estabelece o Levantamento das Potencialidades Econômicas e Vantagens Competitivas, ao afirmar que o Regional Purus, têm como vocação enquanto vantagens competitivas, o agroextrativismo voltado para agroindústria, na localidade Município de Sena Madureira, no Estado do Acre.

Conforme consta do corpo textual do estudo denominado de Levantamento das Potencialidades Econômicas e Vantagens Competitivas, que a seguir citamos, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, tem um relevante papel a desempenhar no processo de desenvolvimento dos territórios rurais. No caso do Regional Alto Purus, as condições apresentadas são favoráveis se considerado a presença da organização sindical e cooperativista, que vem promovendo a transição de um estágio sócio político reivindicativo para o estágio sócio político empresarial empreendedor no ambiente cooperativista.

Neste contexto, faz-se necessário a aplicação coerente dos recursos financeiros e financiamentos das ações de crédito através do Prodex na modalidade FNO-Especial, no apoio ao extrativismo vegetal e o Prorural-Pronaf na modalidade FNO-Especial, no atendimento ao micro e pequeno empreendimentos, com a finalidade de fortalecer a agricultura familiar e propiciar sua integração vertical, no Regional Alto Purus.

Desta forma, o Regional do Alto Purus, com suas características a seguir demonstradas, é portadora de perfil adequado para implementação das ações de políticas públicas na modalidade de Prodex e Prorural.



O Regional do Alto Purus é composto pelos Municípios de Sena Madureira, Manuel Urbano e Santa Rosa do Purus, respectivamente fundados em 1904, 1976 e 1992. Limitando-se ao Norte com o Estado do Amazonas, ao Sul com o Município de Assis Brasil, ao Leste com os Municípios de Assis Brasil, Brasiléia, Xapuri, Rio Branco e Bujari, e ao Oeste com a República do Peru e Município de Feijó. Cf.: Secretaria de Planejamento do Estado do Acre – 1999-2000.

QUADRO 01

Área por municípios, participação em relação ao Estado e a Região e densidade demográfica – 1999.

Município	Área (Km ²)	% em relação ao Estado	% em relação a Região	Densidade Demográfica
Sena Madureira	25.296,7	16,52	61,97	0,92
Manuel Urbano	9.477,2	6,19	23,22	0,58
Santa Rosa do Purus	6.049,7	3,95	14,81	0,27
Regional	40.823,6	26,66	100,00	0,75

Fonte: Secretaria de Planejamento do Estado do Acre – 1999-2000

A seguir, transcreve-se de forma resumida, os elementos relevantes contidos no Levantamento das Potencialidades Econômicas e Vantagens Competitivas como forma de evidenciar a caracterização daquela região.

A área total da Regional do Alto Purus é de 40.823,6 ha, representando 26,66% da área total do Estado. O município de Sena Madureira detém 61,97% do total da área e se constitui no maior município da Regional. Ressalte-se que esse município na sua origem se constituía na própria Regional, pois dele foi desmembrado o município de Manuel Urbano, que, por sua vez, também foi desmembrado para constituir o município de Santa Rosa do Purus, como se verifica nas suas respectivas caracterização.

A densidade demográfica da Regional é muito baixa, não chegando a 1 habitante por km² (0,75 hab/km²) sendo que o município de Sena Madureira detém, a nível Regional, a maior densidade demográfica, 0,92 hab/km², enquanto que no



município de Santa Rosa do Purus a densidade demográfica é de apenas 0,27 hab/km². A região, portanto, pode ser considerada subpovoada.

No tocante a ocupação do território da Regional do Alto Purus, vale registrar alguns espaços destinados às reservas indígenas e áreas de preservação ambiental, como a Floresta Estadual do Antimari, a Floresta Nacional do Macauã e uma Estação Ecológica, totalizando 895.788ha.

As áreas destinadas a projetos de colonização e assentamento extrativistas somam 443.761ha. As pequenas e médias propriedades, até 1.000 ha, disponibilizam uma área de apenas 136.482ha, enquanto que a grande propriedade (áreas acima de 1.000 ha) detém 1.777.837ha, área que supera em 301.806ha ao somatório das áreas indígenas, de floresta, dos projetos de assentamentos e da pequena e média propriedade.

A Regional do Purus apresenta, portanto, uma elevada concentração fundiária, onde apenas 8,9% dos imóveis acima de 1.000 ha, detém 93,6% da área. Esse quadro, altamente distorcido, se torna mais grave quando se constata que, pela classificação do INCRA, a grande maioria desses imóveis é considerada improdutivo.

O quadro fundiário só não se torna mais complicado, a nível Regional, em face do município de Santa Rosa do Purus ser constituído, quase que totalmente, por terras devolutas pertencentes à união e o Estado do Acre, ainda dispor de um estoque de terras considerável, a exemplo da Gleba Chandless, de 1.300.000ha, área já arrecadada pelo INCRA, para a qual ainda não foi dada destinação. Cumpre assinalar também que todos os projetos de assentamentos do INCRA ainda comportam novos contingentes de famílias.

Em relação ao nível de desmatamento, a Regional apresenta um baixo percentual da cobertura vegetal desmatada. Apenas 3,64% da região foram desmatados, percentual que se concentra no município de Sena Madureira (2,79%), que abriga muitas fazendas de gado e cerca de 50 estabelecimentos que trabalham com madeiras (serrarias, marcenarias e movelarias). Cf. Levantamento das Potencialidades Econômicas e Vantagens Competitivas, 2000.



Santa Rosa do Purus apresenta um índice de desmatamento de apenas 0,04%, podendo-se dizer que a sua cobertura vegetal está intacta, se constituindo na sua principal riqueza.

As fisionomias vegetais mais expressivas na região são as Florestas Abertas com Bambu, Florestas Abertas com Palmeiras e as Florestas Abertas com Palmeiras, Florestas Abertas com Bambu com grande concentração de palmeiras como a jarina, murmuru, patauá, ouricuri, abacaba, paxiúba, madeiras de lei como cumarú-cetim, cerejeira, amarelão, cumarú-ferro, jatobá, aroeira, e mogno, além das seringueiras e castanheiras, árvores símbolos do Estado.

Considerando a fisionomia vegetal expressiva na região, verifica-se uma tendência ao conflito agrário devido à concentração fundiária e a exploração madeireira devido ao seu potencial de espécies lenhosas. Assim, esta região está potencialmente exposta ao tipo de desenvolvimento que não distingue entre recursos naturais esgotáveis e recursos naturais renováveis.

De acordo com estudo das potencialidades econômicas e vantagens competitivas do referido regional, convergindo com a missão constitucional do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, o município de Sena Madureira, no Estado do Acre, apresenta vocação agroextrativista voltado para agroindústria.

A presente revisão da literatura visou estabelecer os principais conceitos, idéias e teorias, tendo como fundamento a concepção metodológica da verdade material, onde, a verdade material é a adequação entre o que é e o que é dito. Desta forma, aqui, o que é dito é expressão dos fatos de uma realidade. Isto é: a realidade se expressa no discurso, a realidade dá vida ao discurso. Sedimentado neste fundamento é que apresentamos os resultados da pesquisa.

Os resultados a seguir apresentados, revelam a realidade no que diz respeito ao perfil, quanto à habilidade e competência, para planejar elaborando planos de desenvolvimento endógeno, no âmbito dos seus respectivos ambientes federativos, em coerência com o que estabelece a Constituição Federal de 1988.



Revela também, outra realidade, que representa o resultado da análise de contratos específicos de financiamentos com recursos financeiros oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. Trata-se de modalidades de financiamentos que tem como finalidade constitucional, promover mediante planejamento regional, o desenvolvimento rural, no caso estudado, atendendo a vocação agroextrativista voltada para agroindústria, nas modalidades Prodex e Prorural do FNO Especial.

Os resultados da pesquisa estão divididos em dois momentos. No primeiro, os resultados da pesquisa de campo que abrangeu municípios dos Estados do Acre, Amazonas, e Rondônia, totalizando cem (100) entrevistas.

No segundo momento, os resultados referentes à pesquisa institucional, realizada em contratos e demais documentos referentes aos financiamentos com recursos financeiros oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

2. METODOLOGIA

A metodologia adotada para o desenvolvimento desse trabalho é a metodologia comparativa, que tem como método o mesmo nome: método comparativo associado ao método quantitativo. Além do método e metodologia que tem como fundamento a comparação, esse trabalho elegeu ainda uma concepção de fundamentos filosóficos, que consiste na concepção marxista e aristotélica, cientificamente catalogada como o problema da verdade mediante a contradição, conteúdo e forma.

Desta forma, a base para busca de informação, análise da informação, sistematização e demonstração dos resultados, encontra-se fundamentado na concepção aristotélica de verdade material assim sintetizada: "Uma frase é verdadeira quando diz que, o que é, é, ou que o que não é não é. Verdade material é a adequação entre o que é e o que é dito". Uma frase é falsa quando diz que o que é não é, ou que o que não é, é. (ARISTÓTELES, In: BATISTA MONDIM, 1993).



A metodologia utilizada consistiu na busca de dados e informações, primários e secundários, tendo como fontes, publicações, relatórios, programas, planos e projetos, cadastros, fichas, listagem, documentos fiscais, comprovantes, livros, artigos, aplicação de questionários estruturados, tabulação e tratamento de dados, elaboração de tabelas e gráficos. Foram utilizados documentos físicos e eletrônicos.

Na primeira fase da pesquisa foram identificados, selecionados, cadastrados e coletados o material referente à pesquisa bibliográfica que passou por leitura e sistematização dos elementos fundamentais para a caracterização e fundamentação do trabalho. Foram catalogados os fragmentos de textos que serviram para citações bibliográficas.

Na segunda fase foi realizado estudo comparativo entre o volume de instrumentos de financiamento: ações de crédito elaboradas, contratadas e executadas.

Assim, concepção, fontes, método, metodologia e técnicas operacionais empregadas durante a busca de informação, análise da informação e demonstração dos dados e informações, constituem o método predominante no processo de produção dessa dissertação.

5. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A apresentação, análise e discussão dos resultados a seguir apresentados, constituem a parte pertinente à pesquisa de campo que evidencia o perfil quanto a habilidades e competências de gestores públicos municipais, em planejar o desenvolvimento no âmbito municipal.

Os dados revelam que do total dos entrevistados, 68% possuem o segundo grau completo, 8% possuem qualificação técnica em planejamento, 21% tem graduação completa, e 3% cursaram pós-graduação Lato Sensu (Tabela 1).



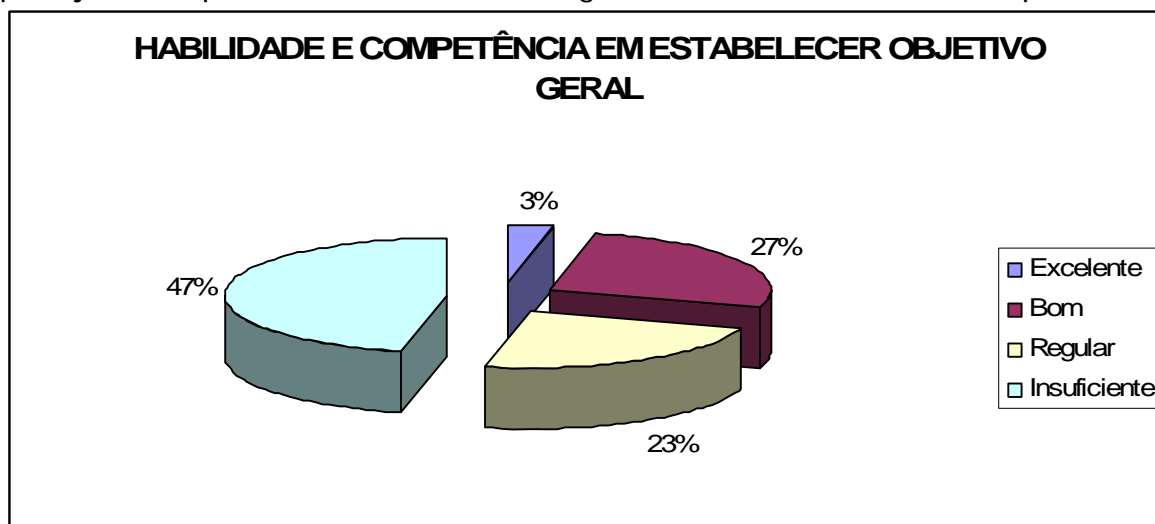
Tabela 1 – Grau de escolaridade dos entrevistados

Escolaridade	Concentração das respostas	Percentual (%)
Segundo grau completo	68	68
Técnico em planejamento	08	8
Graduação completa	21	21
Pós-graduação	03	3
Total	100	100

Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

No que diz respeito à habilidade e competência em estabelecer objetivo geral, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, do total dos entrevistados, 3% disseram que se consideram excelentes em elaboração de projetos; 27% se consideram bom; 23% se consideram regular e 47% se consideram insuficiente.

Gráfico 1 – Habilidade e competência em estabelecer objetivo geral no planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

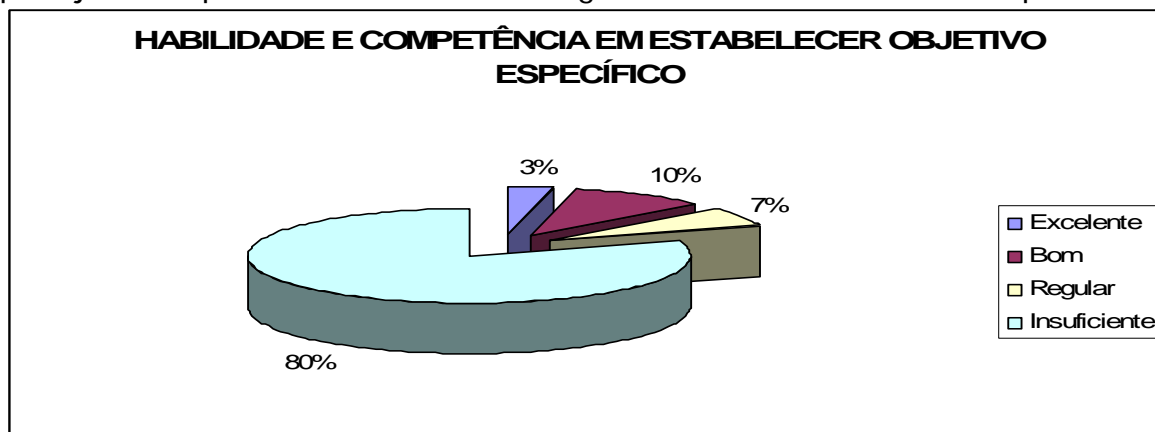


Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

Em relação à habilidade e competência em estabelecer objetivo específico, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 3% disseram que se consideram excelentes; 10% se consideram bom; 7% se consideram regular e 80% se consideram insuficiente.



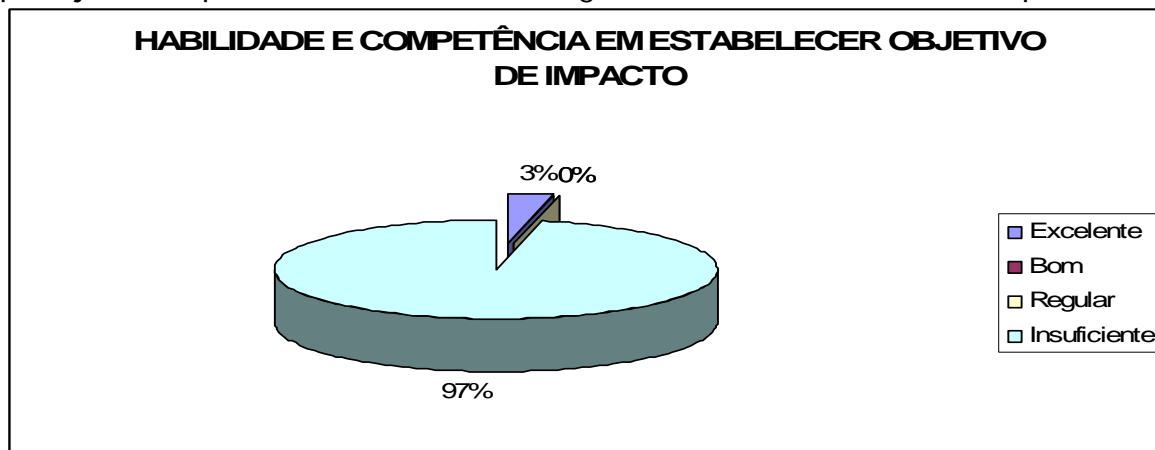
Gráfico 2 – Habilidade e competência em estabelecer objetivo específico no planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

Ainda em relação à habilidade e competência em estabelecer objetivo de impacto, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 3% disseram que se consideram excelentes e 97% se consideram insuficiente.

Gráfico 3 – Habilidade e competência em estabelecer objetivo de impacto no planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

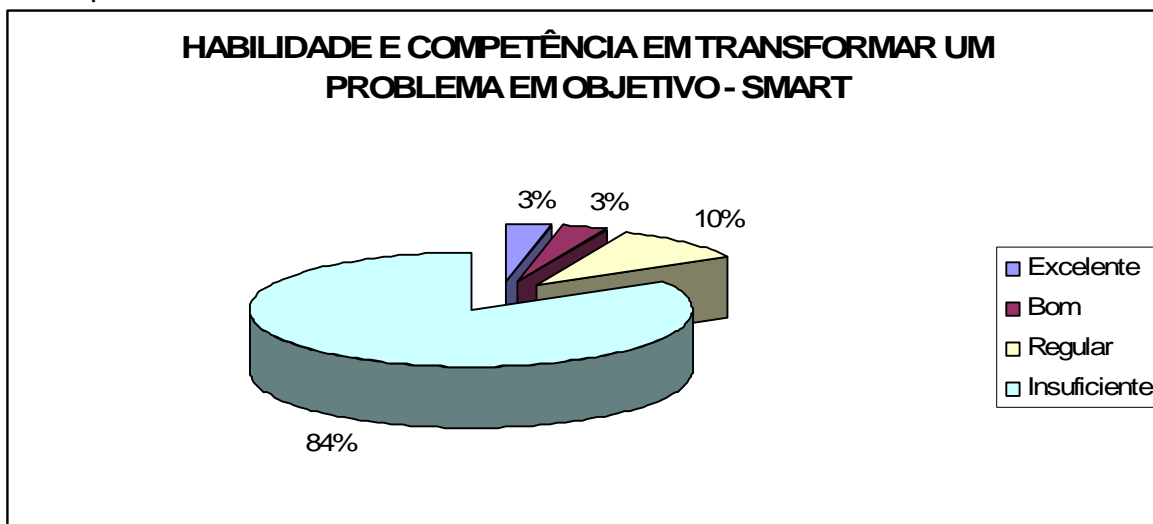


Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

Sobre a habilidade e competência em transformar um problema em objetivo SMART – Específico, Mensurável, Alcançável, Relevante, Temporal, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 3% disseram que se consideram excelentes; 3% se consideram bom; 10% se consideram regular e 84% se consideram insuficiente.



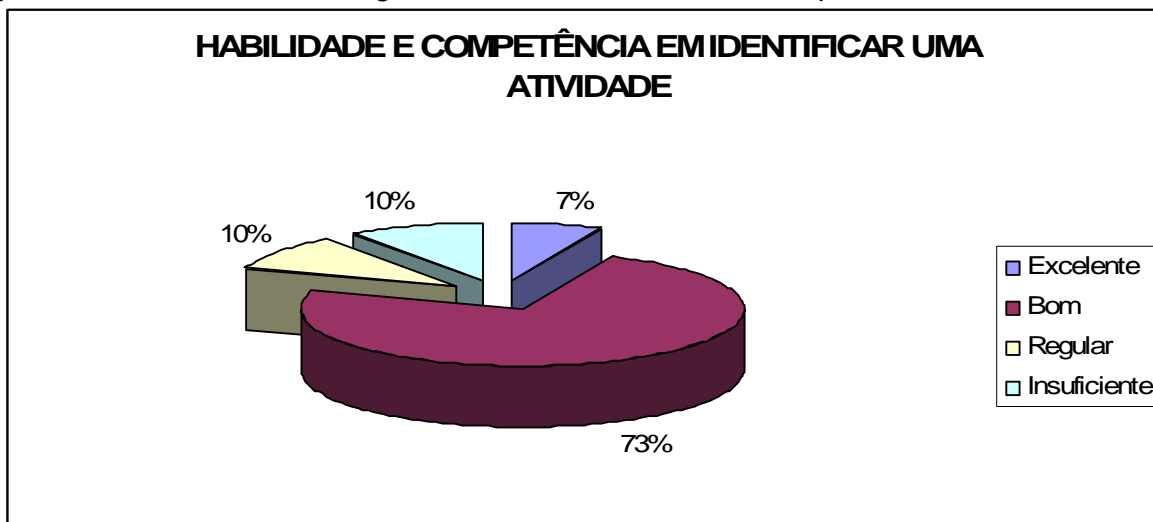
Gráfico 4 – Habilidade e competência em transformar um problema em objetivo SMART no planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

Em se tratando de habilidade e competência em identificar uma atividade, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 7% disseram que se consideram excelentes; 73% se consideram bom; 10% se consideram regular e 10% se consideram insuficiente.

Gráfico 5 – Habilidade e competência em identificar uma atividade no planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

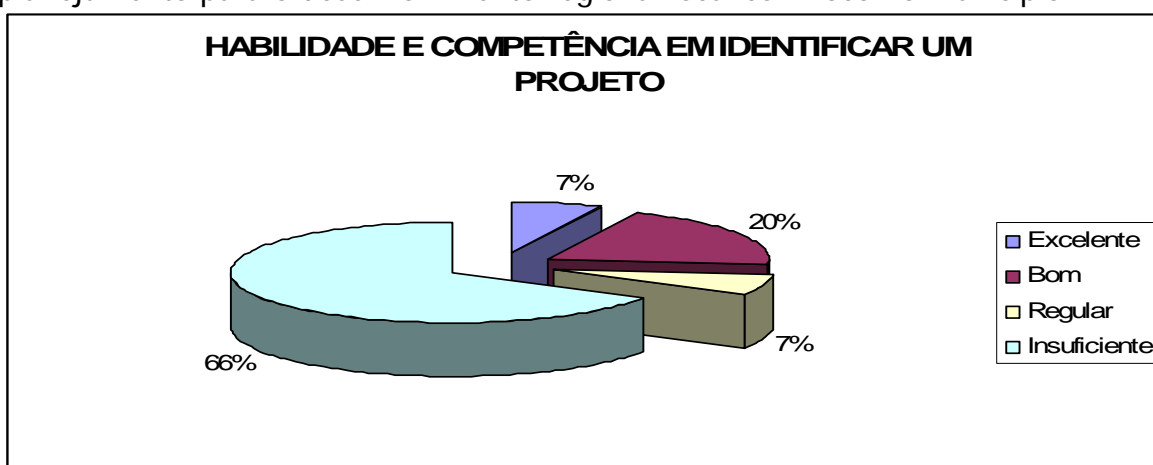


Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.



No que diz respeito à habilidade e competência em identificar um projeto, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 7% disseram que se consideram excelentes; 20% se consideram bom; 7% se consideram regular e 66% se consideram insuficiente.

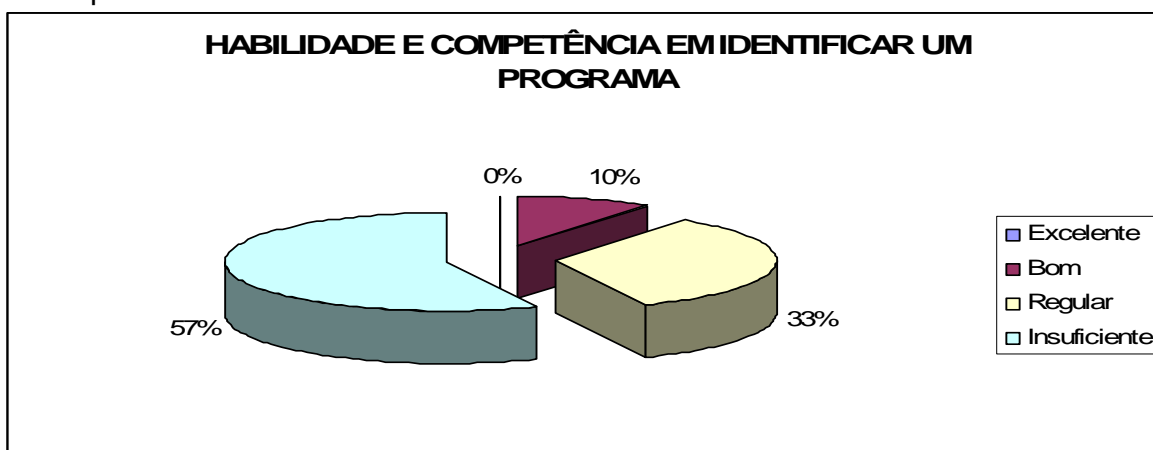
Gráfico 6 – Habilidade e competência em identificar um projeto no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

Quanto à habilidade e competência em identificar e estabelecer um programa, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 10% se considera bom; 33% se consideram regular e 57% se consideram insuficiente.

Gráfico 7 – Habilidade e competência em identificar um programa no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

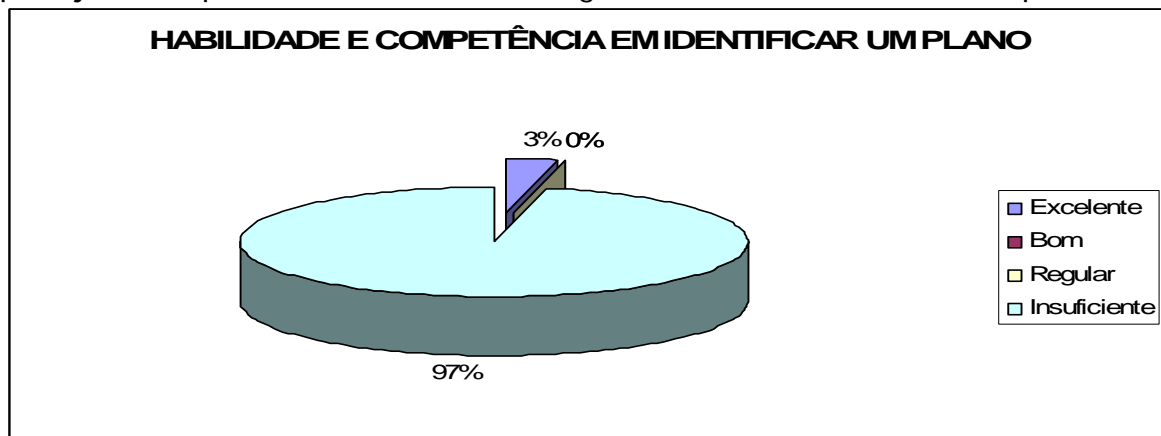


Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.



No que diz respeito à habilidade e competência em identificar um plano, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 3% disseram que se consideram excelentes e 97% se consideram insuficiente.

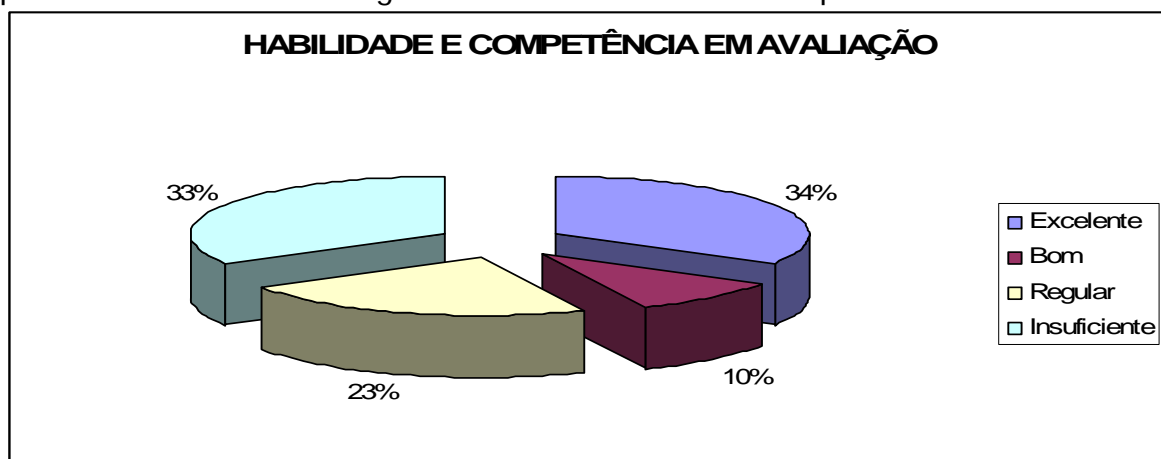
Gráfico 8 – Habilidade e competência em identificar um plano no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

Em relação à habilidade e competência em avaliação, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 34% disseram que se consideram excelentes; 10% se consideram bom; 23% se consideram regular e 33% se consideram insuficiente.

Gráfico 9 – Habilidade e competência em avaliação no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

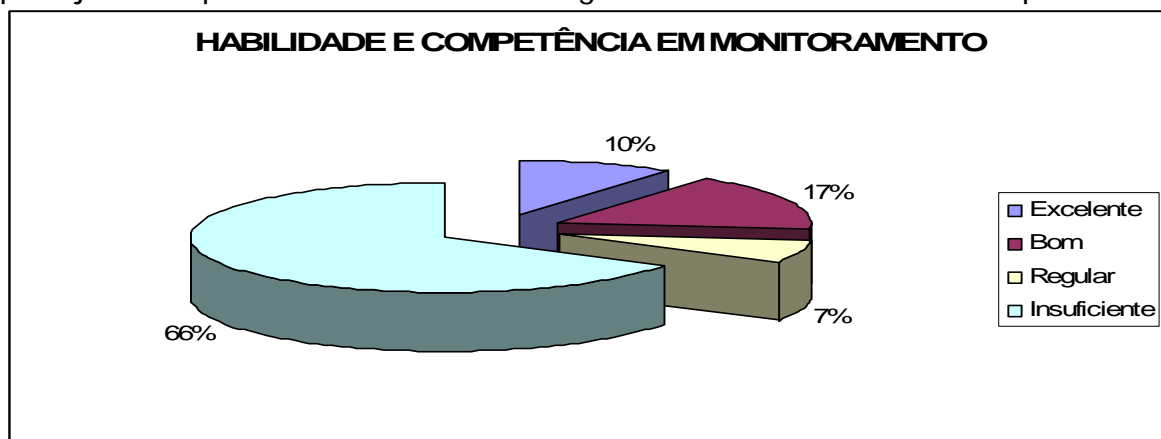


Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.



No que diz respeito à habilidade e competência em monitoramento, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 10% disseram que se consideram excelentes; 17% se consideram bom; 7% se consideram regular e 66% se consideram insuficiente.

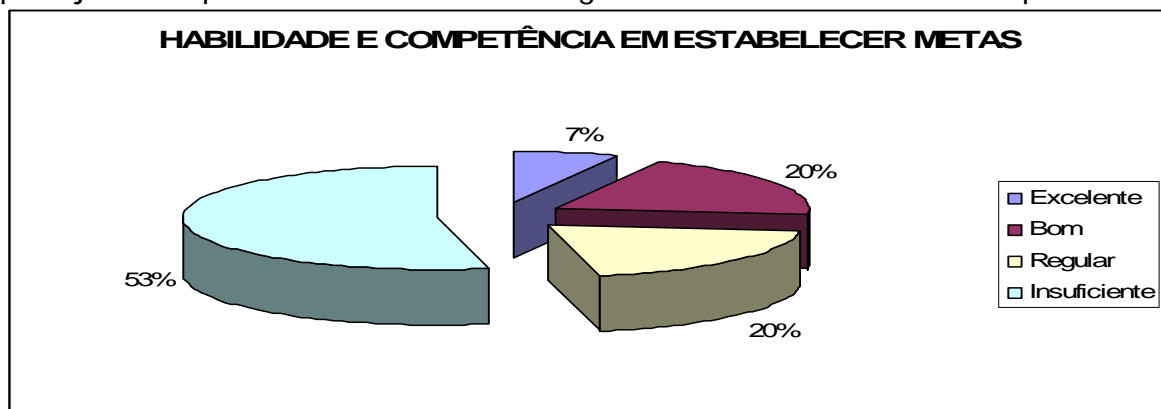
Gráfico 10 – Habilidade e competência em monitoramento no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

Sobre a habilidade e competência em estabelecer metas, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 7% disseram que se consideram excelentes; 20% se consideram bom; 20% se consideram regular e 53% se consideram insuficiente.

Gráfico 11 – Habilidade e competência em estabelecer metas no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

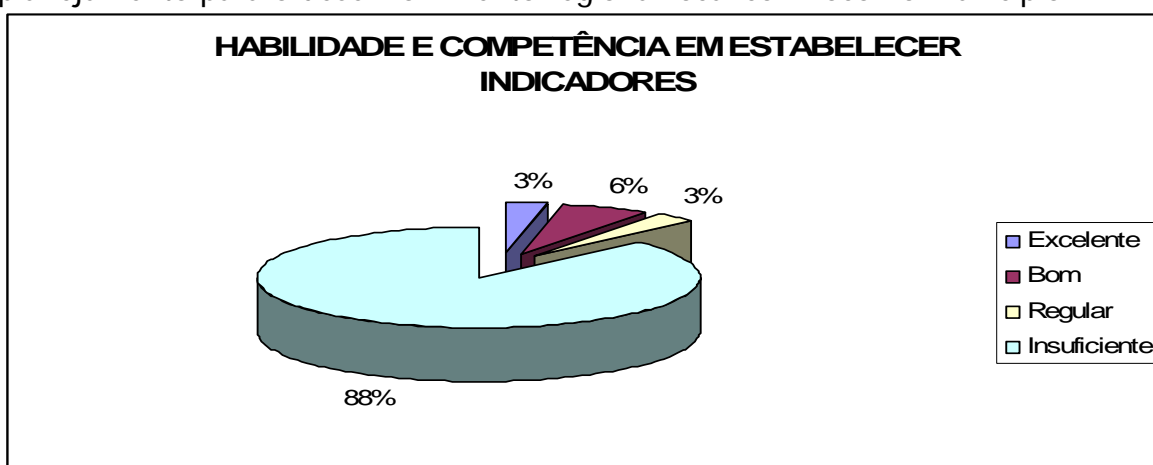


Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.



No que diz respeito à habilidade e competência em estabelecer indicadores, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 3% disseram que se consideram excelentes; 6% se consideram bom; 3% se consideram regular e 88% se consideram insuficiente.

Gráfico 12 – Habilidade e competência em estabelecer indicadores no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

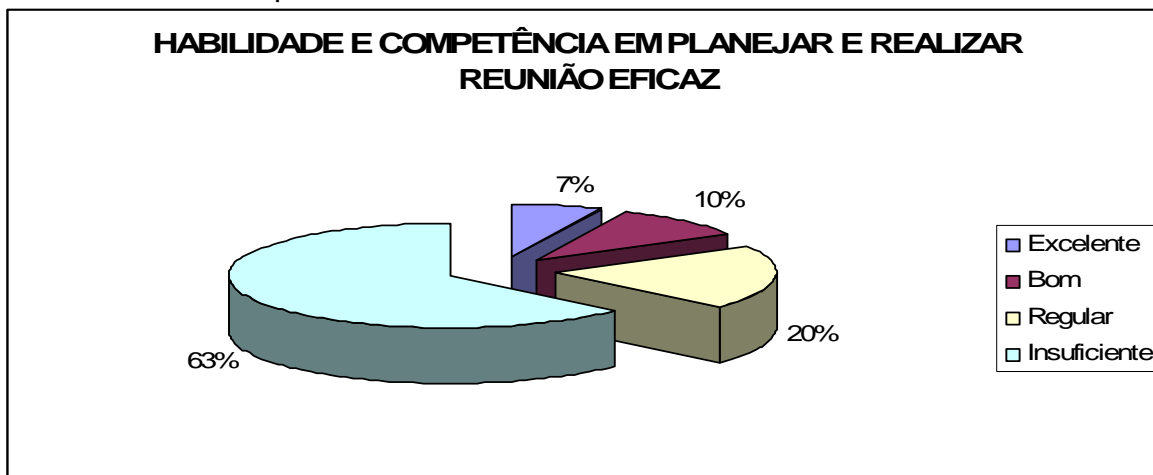
Em relação à habilidade e competência em planejar e realizar reunião eficaz, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 7% disse que se consideram excelentes; 10% se consideram bom; 20% se consideram regular e 63% se consideram insuficiente.

Os valores expressos em percentuais revelam um alto índice de insuficiência no que se refere a capacidade de planejar e realizar reuniões com resultados. Isto explica o fato da existência de um elevado número de reuniões executas e um baixo desempenho na efetivação das pautas que se ocupam as referidas reuniões.

Outro elemento que exige análise diz respeito ao percentual de 7% atribuído a habilidade e competência em realizar reuniões com resultados. Este dado revela uma alta concentração nas administrações municipais.



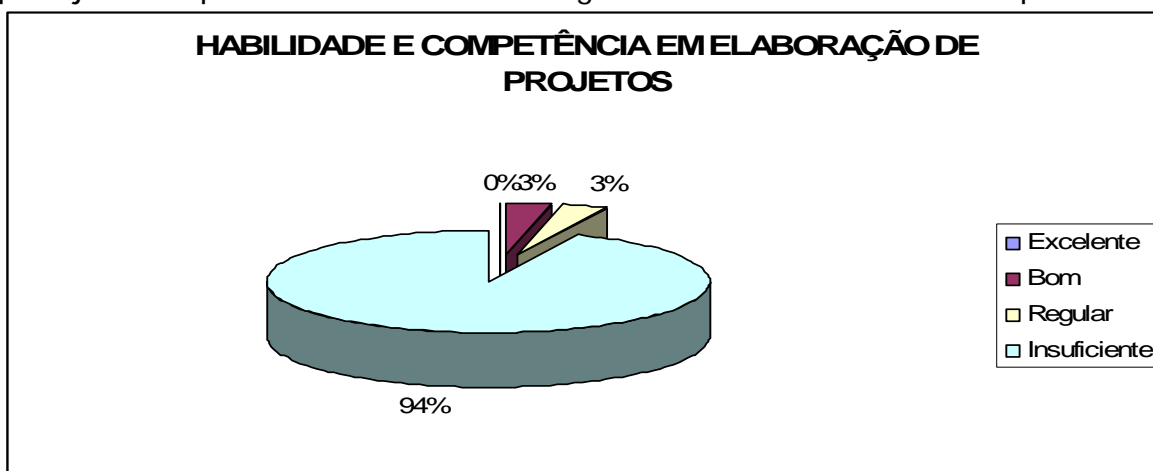
Gráfico 13 – Habilidade e competência em planejar e realizar reuniões de trabalho com resultados no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

No que diz respeito à habilidade e competência em elaboração de projetos, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 3% se consideram bom; 3% se consideram regular e 94% se consideram insuficiente.

Gráfico 14 – Habilidade e competência em elaboração de projetos no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



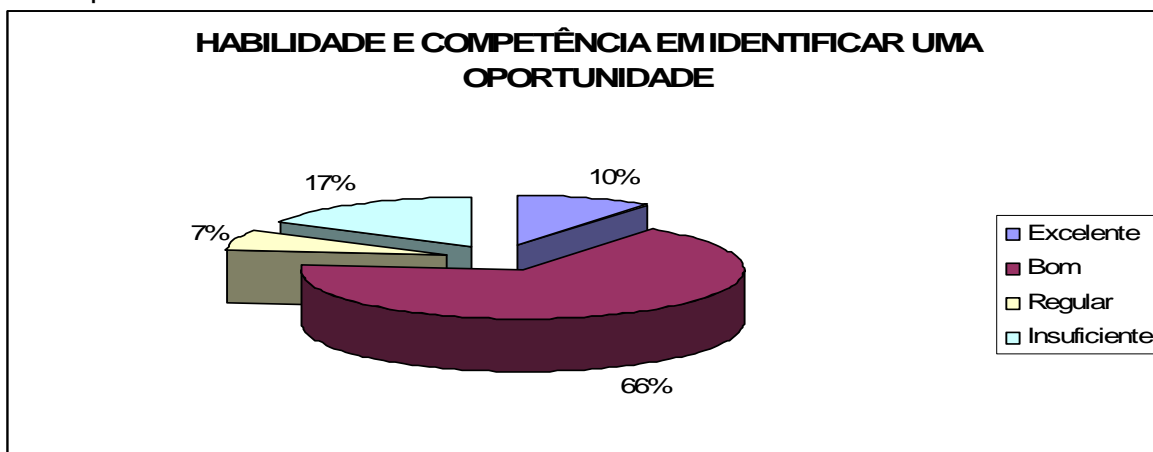
Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

Sobre a habilidade e competência em identificar uma oportunidade, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 10% disseram que se



consideram excelentes; 66% se consideram bom; 7% se consideram regular e 17% se consideram insuficiente.

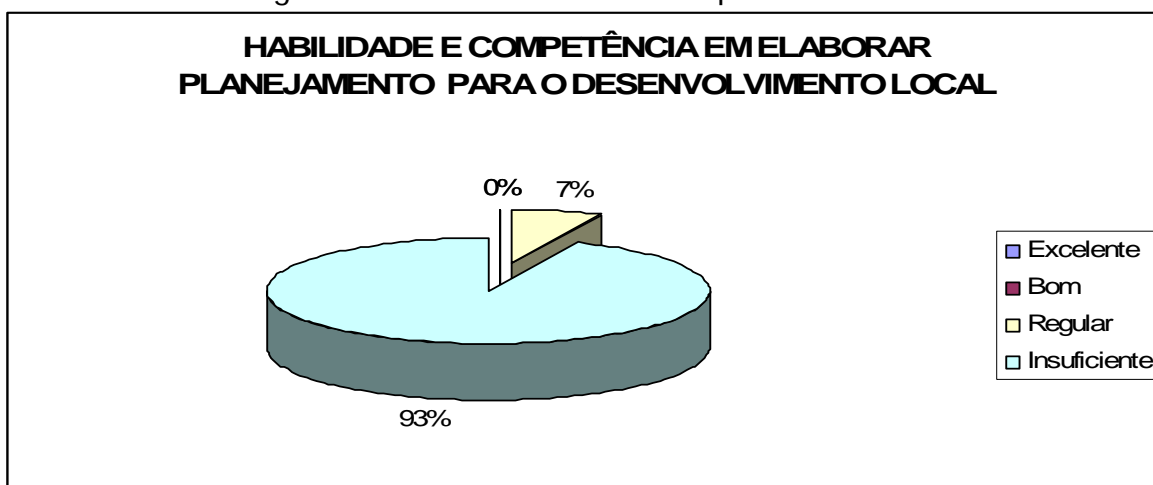
Gráfico 15 – Habilidade e competência em identificar uma oportunidade no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

No que diz respeito à habilidade e competência em elaborar planejamento para o desenvolvimento local, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 7% se consideram regular e 93% se consideram insuficiente.

Gráfico 16 – Habilidade e competência em elaborar planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

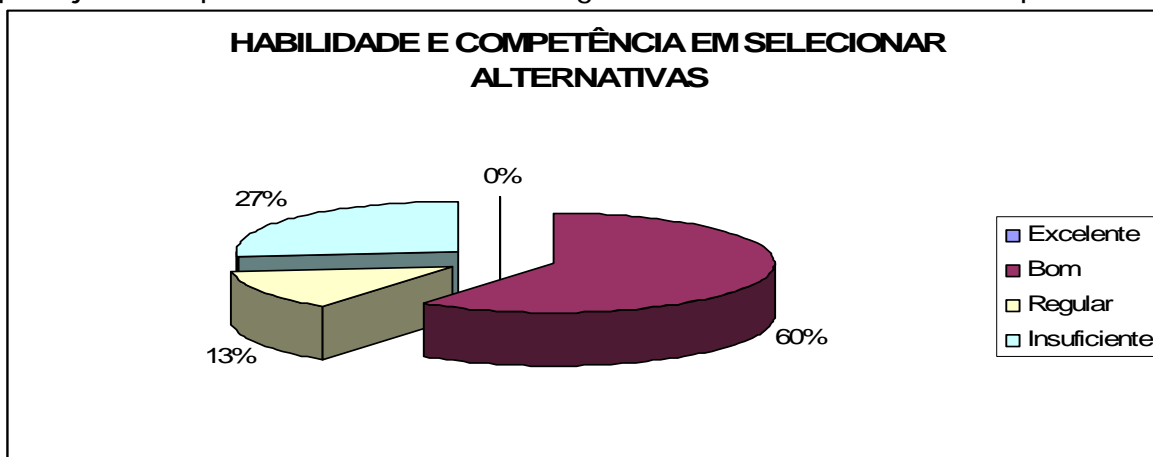


Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.



No que diz respeito à habilidade e competência em selecionar alternativas, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 60% se consideram bom; 13% se consideram regular e 27% se consideram insuficiente.

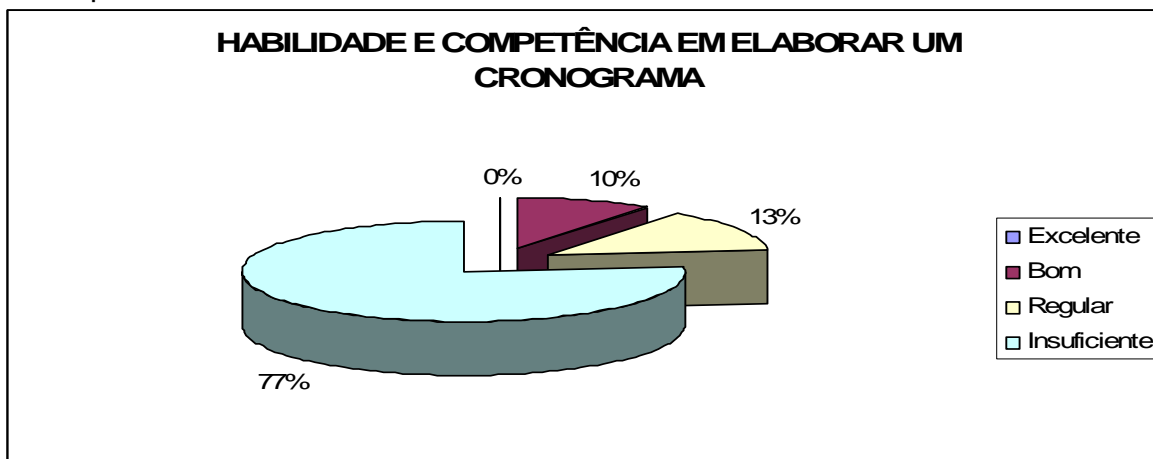
Gráfico 17 – Habilidade e competência em selecionar alternativas no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

No que diz respeito à habilidade e competência em elaboração de um cronograma de metas, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 10% se consideram bom; 13% se consideram regular e 77% se consideram insuficiente.

Gráfico 18 – Habilidade e competência em elaborar um cronograma de alternativas no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

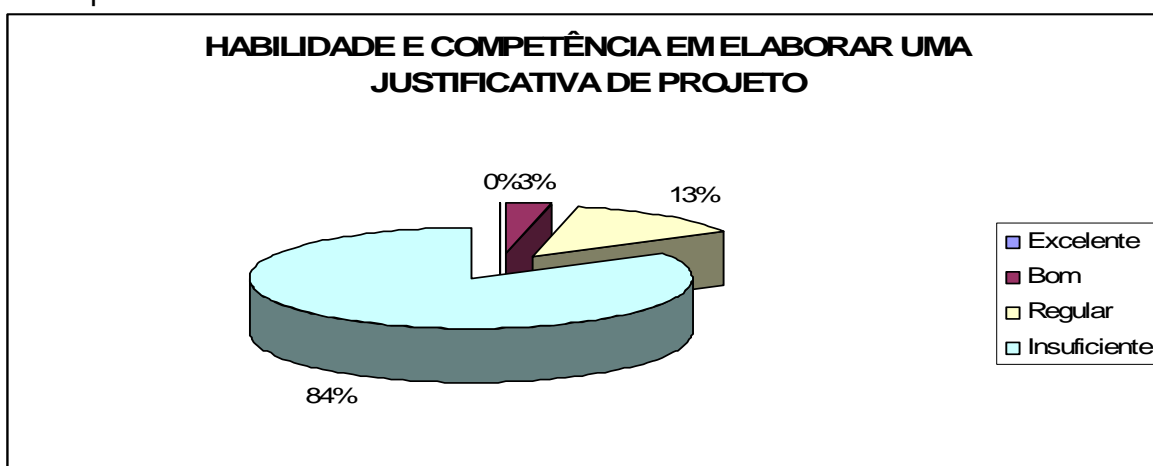


Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.



No que diz respeito à habilidade e competência em elaborar uma justificativa de projeto, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 3% se consideram bom; 13% se consideram regular e 84% se consideram insuficiente.

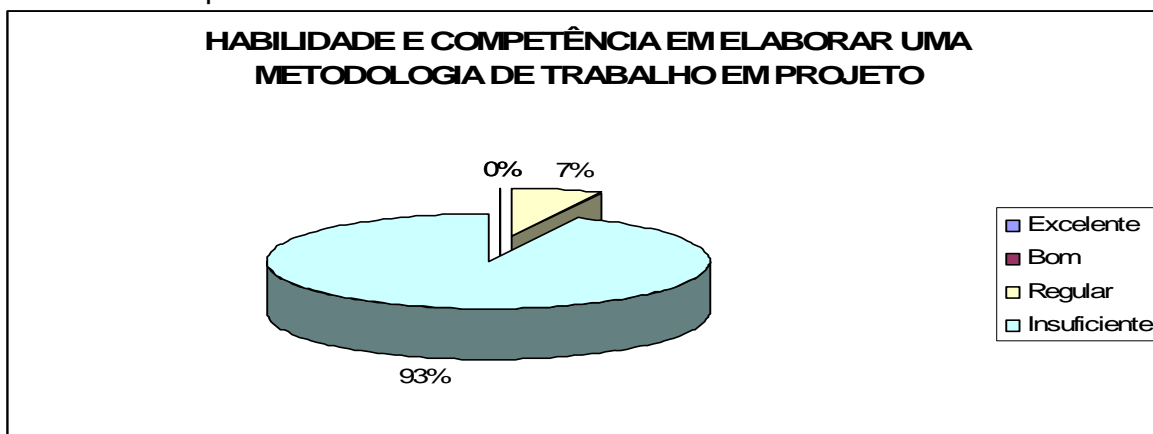
Gráfico 19 – Habilidade e competência em elaborar uma justificativa de projeto no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

No que diz respeito à habilidade e competência em elaborar uma metodologia de trabalho em projeto, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 7% se consideram regular e 93% se consideram insuficiente.

Gráfico 20 – Habilidade e competência em elaborar uma metodologia de trabalho em projeto no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.

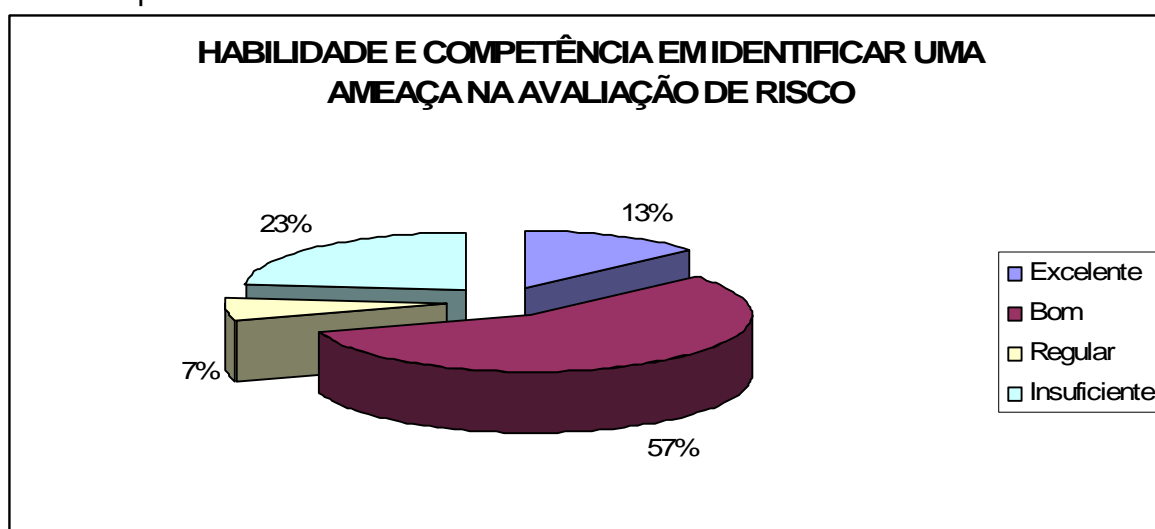


Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.



No que diz respeito à habilidade e competência em identificar uma ameaça na avaliação de risco, durante o processo de planejamento para o desenvolvimento municipal, 13% disseram que se consideram excelentes; 57% se consideram bom; 7% se consideram regular e 23% se consideram insuficiente.

Gráfico 21 – Habilidade e competência em identificar uma ameaça na avaliação de risco no processo de planejamento para o desenvolvimento regional local com foco no município.



Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

Até o presente estágio deste trabalho, os gráficos demonstram os resultados obtidos referentes aos elementos constitutivos do planejamento, as classificações e seus respectivos percentuais. A tabela seguinte evidencia a concentração das respostas por classificação e seus respectivos percentuais. Demonstra a autopercepção que constitui o perfil dos gestores municipais quanto à habilidade e competência em planejamento. Do total dos entrevistados, 14% apresentam perfil classificado como excelente, 17% apresentam perfil classificado como bom, 19% apresentam perfil classificado como regular, e 50% apresentam perfil classificado como insuficientes. O perfil é de insuficiência em planejamento. Cf. Tabela 2.



Tabela 2 – Habilidade e competência em planejamento

Classificação	Concentração de respostas	%
Excelente	14	14
Bom	17	17
Regular	19	19
Insuficiente	50	50
Total	100	100

Fonte: Projeto de Pesquisa CAPES/UFAC/MDR – 2007.

Esta segunda parte da apresentação, análise e discussão dos resultados demonstram os dados obtidos através da pesquisa institucional que identificou, catalogou, analisou as informações sobre o acesso ao financiamento com recursos financeiros oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, em 22 municípios do Estado do Acre.

Os resultados demonstrados no quadro 01 revelam as quantidades de ações de crédito rural, modalidades Prodex e Prorural – FNO Especial, elaboradas e contratadas, nos 22 municípios do Estado do Acre, no período de 1999 a 2000.

Em nível de Estado, foram apresentados 1.379 projetos na modalidade Prodex, sendo que 87,38% foram contratados e 12,62% permanecendo em carteira. Dos 22 municípios, 14 apresentaram demanda para obtenção de financiamento com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, 8 municípios, estes, mesmo diante das necessidades e se enquadrando como beneficiários, não apresentaram demanda e, portanto, não efetivaram contratação.

QUADRO 02 – FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE – ESTADO DO ACRE – BRASIL

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE ESTADO DO ACRE – BRASIL				
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE	AÇÕES DE CRÉDITO PRODEX 1999-2000			
	ELABORADOS		CONTRATADOS	
	Nº.	VALOR	Nº.	VALOR
ASSIS BRASIL	30	47.584,00	30	47.584,00
BRASILÉIA	204	255.340,00	84	124.236,00
EPITACIOLÂNDIA	0,0	0,0	0,0	0,0



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)
Curso de Mestrado

XAPURI	189	212.622,00	121	130.838,00
CAPIXABA	0,0	0,0	0,0	0,0
ACRELÂNDIA	19	30.477,00	19	30.224,00
PLÁCIDO DE CASTRO	0,0	0,0	0,0	0,0
SENADOR GUIOMARD	0,0	0,0	0,0	0,0
RIO BRANCO	32	47.096,00	32	47.096,00
BUJARI	0,0	0,0	0,0	0,0
PORTO ACRE	13	9.870,00	13	11.992,00
SENA MADUREIRA	412	1.115.560,00	394	1.217.548,00
MANUEL URBANO	42	131.875,00	43	132.136,00
FEIJÓ	251	354.037,00	302	401.542,00
TARAUACÁ	53	90.625,00	47	79.217,00
MÂNCIO LIMA	0,0	0,0	0,0	0,0
RODRIGUES ALVES	22	90.800,00	22	94.288,00
CRUZEIRO DO SUL	60	257.113,00	57	302.717,00
MARECHAL THAUMATURGO	0,0	0,0	0,0	0,0
PORTO VALTER	43	122.023,00	41	123.892,00
SANTA ROSA	0,0	0,0	0,0	0,0
JORDÃO	9	15.073,00	0,0	0,0
TOTAL	1.379	2.780.095,00	1.205	2.743.310,00

FONTE: Coordenação de Crédito da EMATER – ACRE. Dados Atualizados até 31.01.2000.

Ainda em nível de Estado, pertinente as ações de crédito elaboradas e contratadas, foram apresentados 1.857 projetos na modalidade Prorural, sendo que destes 84,32% foram contratados e 15,68% permaneceram em carteira. Nesta modalidade de financiamento, dos 22 municípios do Estado do Acre, 15 municípios tiveram projetos elaborados, 07 não tiveram projetos elaborados, 12 realizaram contratação e 10 municípios não apresentaram demanda e, portanto, não efetivaram contratação de financiamentos com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

QUADRO 03 – ESTADO DO ACRE

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE				
ESTADO DO ACRE – BRASIL				
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE	AÇÕES DE CRÉDITO PRORURAL 1999-2000			
	ELABORADOS		CONTRATADOS	
	Nº.	VALOR	Nº.	VALOR
ASSIS BRASIL	0,0	0,0	0,0	0,0



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE (UFAC)
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPEG)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL (PPG-MDR)
Curso de Mestrado

BRASILÉIA	248	1.483.622,00	252	1.484.822,00
EPITACIOLÂNDIA	9	36.197,00	0,0	0,0
XAPURI	46	167.378,00	62	339.373,00
CAPIXABA	0,0	0,0	0,0	0,0
ACRELÂNDIA	161	1.589.368,00	118	1.151.660,00
PLÁCIDO DE CASTRO	93	823.879,00	98	807.395,00
SENADOR GUIOMARD	0,0	0,0	0,0	0,0
RIO BRANCO	98	778.940,00	96	774.690,00
BUJARI	11	103.224,00	11	102.828,00
PORTO ACRE	92	699.970,00	66	522.288,00
SENA MADUREIRA	387	3.863.310,00	350	3.606.991,00
MANUEL URBANO	47	494.772,00	40	461.573,00
FEIJÓ	74	311.303,00	71	279.599,00
TARAUACÁ	216	684.095,00	224	699.782,00
MÂNCIO LIMA	0,0	0,0	0,0	0,0
RODRIGUES ALVES	14	89.568,00	0,0	0,0
CRUZEIRO DO SUL	341	2.689.984,00	178	1.343.654,00
MARECHAL THAUMATURGO	0,0	0,0	0,0	0,0
PORTO VALTER	0,0	0,0	0,0	0,0
SANTA ROSA	0,0	0,0	0,0	0,0
JORDÃO	20	46.431,00	0,0	0,0
TOTAL	1.857	13.862.041,00	1.566	11.574.655,00

FONTE: Coordenação de Crédito da EMATER – ACRE. Dados Atualizados até 31.01.2000.

No período compreendido de 1999-2000, no âmbito do território do Regional Alto Purus, foram elaboradas 454 ações de crédito Prodex e destes, 437 foram contratados, sendo que, no município de Sena Madureira-Acre, dos 412 projetos elaborados 95,63% foi contratado.

QUADRO 04 – REGIONAL ALTO PURUS

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE REGIONAL ALTO PURUS - ACRE - BRASIL				
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE	AÇÕES DE CRÉDITO PRODEX 1999-2000			
	ELABORADOS		CONTRATADOS	
	Nº.	VALOR	Nº.	VALOR
SENA MADUREIRA	412	1.115.560,00	394	1.217.548,00
MANUEL URBANO	42	131.875,00	43	132.136,00
SANTA ROSA	0,0	0,0	0,0	0,0
TOTAL	454	1.247.435,00	437	1.349.684,00

FONTE: Coordenação de Crédito da EMATER – ACRE. Dados Atualizados até 31.01.2000.



No período compreendido de 1999-2000, no âmbito do território do Regional Alto Purus, no município de Sena Madureira-Acre, das 434 ações de crédito elaboradas na modalidade Prorural 89,86% foram contratados. Sendo que das 387 ações de crédito elaboradas pertencentes ao município de Sena Madureira-Acre, 90,44% constituem o quatro societário da Cooperativa do referido município.

No referido período, o município de Manuel Urbano-Acre, apresenta 47 ações de crédito na modalidade Prorural, sendo que deste total, 85,11% foram contratadas. O município de Santa Rosa do Purus, não teve ações de crédito elaboradas e, portanto, não apresenta contratação.

QUADRO 05 – REGIONAL ALTO PURUS - FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE REGIONAL ALTO ACRE - ACRE - BRASIL				
MUNICÍPIOS DO ESTADO DO ACRE	AÇÕES DE CRÉDITO PRORURAL 1999-2000			
	ELABORADOS		CONTRATADOS	
	Nº.	VALOR	Nº.	VALOR
Sena Madureira	387	3.863.310,00	350	3.606.991,00
Manuel Urbano	47	494.772,00	40	461.573,00
Santa Rosa do Purus	00	00,00	00	00,00
TOTAL	434	4.358.082,00	390	4.068.564,00

FONTE: Coordenação de Crédito da EMATER – ACRE. Dados Atualizados até 31.01.2000.

No período 1996-1996, no âmbito do atual território do Regional Alto Purus, no município de Sena Madureira-Acre, das 45 ações de crédito elaboradas na modalidade Prorural 60% foram contratados. Sendo que das 45 ações de crédito elaboradas pertencentes ao município de Sena Madureira-Acre, 100% constituem o quatro societário da Cooperativa do referido município. No período supracitado, não foram elaboradas e, portanto não foram contratadas ações de crédito referentes ao Prodex.



QUADRO 06 – COOPERATIVA POR MUNICÍPIO – 1996/1996 FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE SENA MADUREIRA - ESTADO DO ACRE - BRASIL

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE SENA MADUREIRA - ESTADO DO ACRE - BRASIL		
Cooperativa Chico Mendes		
MODALIDADES DE FINANCIAMENTO	AÇÕES DE CRÉDITO PRORURAL 1996-1996	
	ELABORADOS	CONTRATADOS
	Nº.	Nº.
Prodex	00	00
Prorural	45	27
TOTAL	45	27

FONTE: Coordenação de Crédito da EMATER – ACRE. Dados Atualizados até 31.01.2000.

No período de 1999-2000, no Regional Alto Purus, a Cooperativa apresentou para acesso a financiamento com recurso do Fundo Constitucional do Norte, um total de 429 sendo 255 na modalidade Prodex e 174 na modalidade Prorural. No mesmo período, das 429 ações de crédito elaboradas, 100% foram contratadas.

QUADRO 07 – COOPERATIVA POR MUNICÍPIO – 1999/2000

FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORTE SENA MADUREIRA - ESTADO DO ACRE - BRASIL		
MODALIDADES DE FINANCIAMENTO	AÇÕES DE CRÉDITO 1999 - 2000	
	ELABORADOS	CONTRATADOS
	Nº.	Nº.
Prodex	255	255
Prorural	174	174
TOTAL	429	429

FONTE: Arquivo Gestão Cooperativa

A análise comparativa entre os períodos de 1996-1996 e 1999-2000, no que se refere à elaboração, contratação e execução das ações de crédito com recursos do Fundo Constitucional do Norte, revela uma evolução de 00 (zero) em 1996-1996, para 255 em 1999-2000 na modalidade de financiamento Prodex, e de 27 em 1996-1996, para 174 em 1999-2000 na modalidade de financiamento Prorural.



Respectivamente em termos percentuais uma evolução de 255% e 544,44% no período de 1996 a 2000.

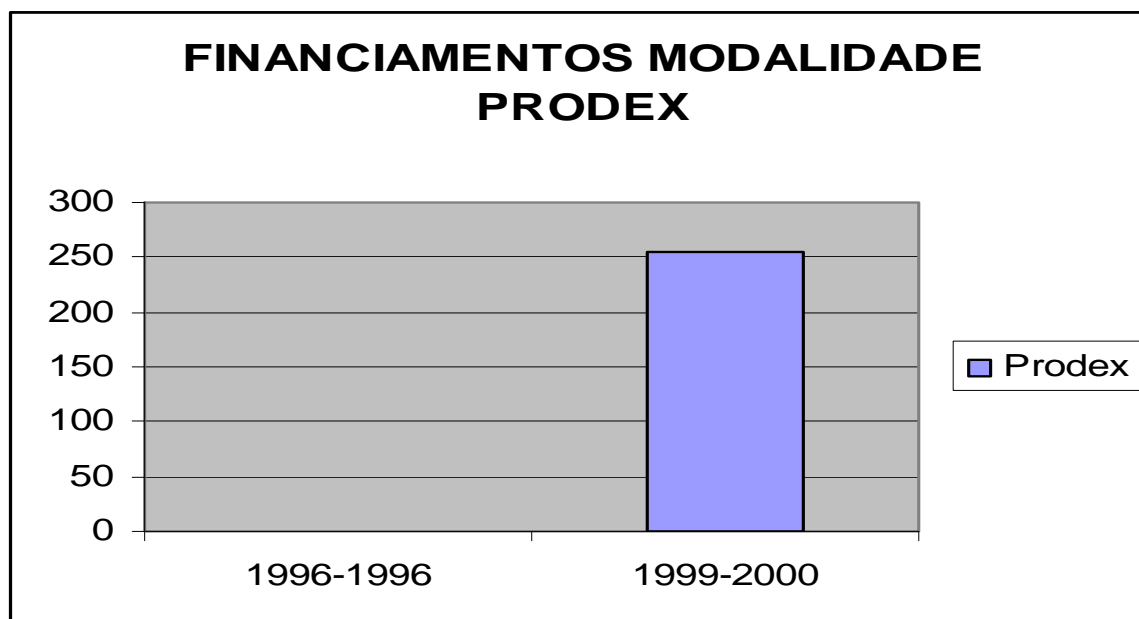
QUADRO 08 - COOPERATIVA POR MUNICÍPIO - 1996/2000

MODALIDADE DE FINANCIAMENTO	ELABORADO E CONTRATADO		
	PERÍODO	PERÍODO	EVOLUÇÃO
	1996/1996	1999/2000	%
Prodex	00	255	255
Prorural	27	174	544,44
TOTAL	27	429	

FONTE: Arquivo Gestão da Cooperativa.

A análise comparativa entre os períodos de 1996-1996 e 1999-2000, revelam um início promissor rumo à implementação do desenvolvimento endógeno no município de Sena Madureira-Acre, mediante o acesso e utilização do Fundo Constitucional do Norte, através dos pequenos produtores rurais, organizados em Cooperativas. O gráfico abaixo evidencia a evolução no acesso ao crédito Prodex de 00 (zero) para 255 entre os referidos períodos.

Gráfico 22 – Análise comparativa da evolução do acesso a políticas públicas nos períodos de 1996-1996 e 1999-2000. Financiamentos Modalidade Prodex.

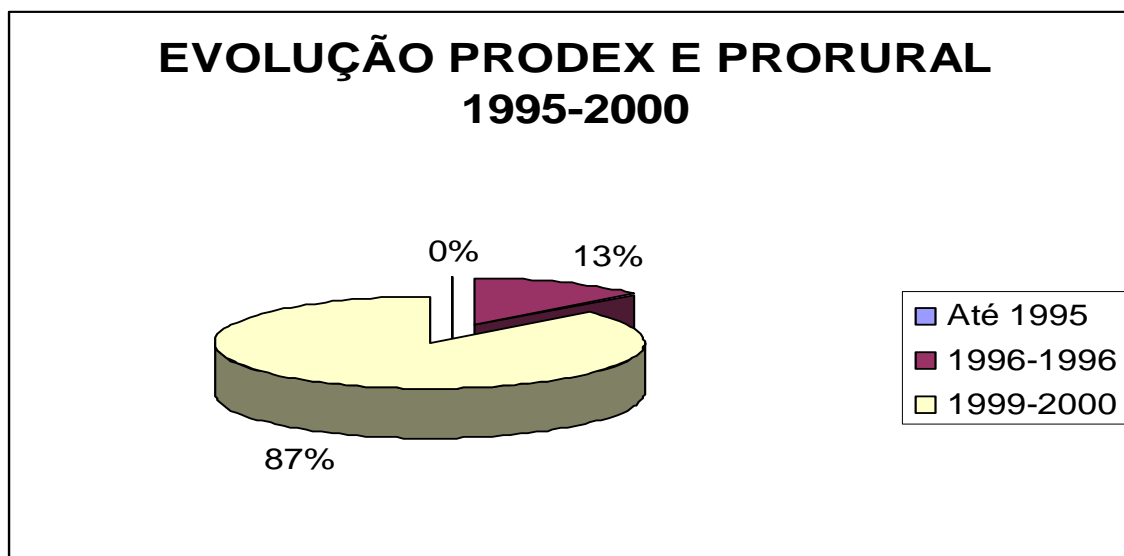


FONTE: Arquivo Gestão da Cooperativa.



Ainda na mesma perspectiva, a análise comparativa com a finalidade de explicitar os períodos antes, durante e depois, apresenta um novo gráfico que demonstra os momentos até 1995, seguido do período 1996-1996 e 1999-2000, referente ao acesso e utilização do Fundo Constitucional do Norte, através dos pequenos produtores rurais, organizados em Cooperativas. Para efeito de clareza, vale registrar que nos de 1997 e 1998 não se registra operações referentes a Cooperativa Chico Mendes, no município de Sena Madureira – Acre.

Gráfico 23 – Evolução do Prodex e Prorural no período de 1995-2000.



FONTE: Arquivo Gestão da Cooperativa.

A pesquisa institucional revela que para acessar financiamento com recursos oriundo do Fundo Constitucional de Financiamentos do Norte, no período de 1996-1996, referente ao Prorural, foi elaborado um total de 45 propostas de financiamento, sendo que destas, 27 foram contratadas através da emissão de Notas de Crédito Rural, perfazendo 60%. Neste período não houve elaboração nem contratação referente ao Prodex. Cf. Tabela 3.



Tabela 3 - Financiamento Prorural e Prodex 1996-1996

Modalidade Financiamento	Propostas Elaboradas	Propostas Contratadas	Propostas Executadas
Prorural	45	27	27
Prodex	00	00	00
Total	45	27	27

FONTE: Arquivo Gestão da Cooperativa.

A pesquisa institucional revela que para acessar financiamento com recursos oriundo do Fundo Constitucional de Financiamentos do Norte, no período de 1999-2000, referente ao Prorural, foi elaborado um total de 181 propostas de financiamento, sendo que destas, 174 foram contratadas através da emissão de Notas de Crédito Rural. Neste período, também houve elaboração de 255 propostas de financiamento referente ao Prodex. Deste total 174 propostas referentes ao Prorural e 255 referentes ao Prodex, foram contratadas através da emissão de Notas de Crédito Rural e executadas. Cf. Tabela 4.

Tabela 4 - Financiamento Prorural e Prodex 1996- 2000

Modalidade Financiamento	Propostas Elaboradas	Propostas Contratadas	Propostas Executadas
Prorural	181	174	174
Prodex	255	255	255
Total	436	429	429

FONTE: Arquivo Gestão da Cooperativa.

No período de 1996-2000, verifica-se que referentes à Prorural e Prodex foram elaboradas um total de 466 propostas, sendo que destas, 456 foram contratadas através da emissão de Notas de Crédito Rural, sendo executadas 456 financiadas com recursos oriundas do Fundo Constitucional de Financiamentos do Norte. Cf. Tabela 5.

Tabela 5 – Totalização Financiamento Prorural e Prodex 1996- 2000

Modalidade Financiamento	Propostas Elaboradas	Propostas Contratadas	Propostas Executadas
Prorural	211	201	201
Prodex	255	255	255
Total	466	456	456

FONTE: Arquivo Gestão da Cooperativa.



CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES

Houve evolução e transição no processo de planejamento para o desenvolvimento nos planos elaborados no Brasil, onde se verifica a transição ainda que lenta e gradual, de um estágio de desenvolvimento exógeno, para o esforço de implementação de um desenvolvimento endógeno.

Nesta perspectiva, de um conjunto amplo de fatores, dois destes merecem destaque: a força propositiva das organizações sindicais e econômicas camponesas que se expressaram no conjunto dos gritos da terra notadamente na pauta referente à agricultura em âmbito nacional e especificamente para Amazônia.

Constata-se uma significativa evolução no acesso e gestão aos recursos financeiros destinados ao desenvolvimento regional no Estado do Acre e seus respectivos regionais. Nesta perspectiva, novos estudos, tornam-se pertinentes no sentido de verificar os impactos da materialização desses financiamentos constatando ou não, conformidades ou desconformidade. Certo é que o acesso ao financiamento enquanto política pública aumentou.

O desenvolvimento endógeno com fundamento no planejamento participativo e nas novas teorias para o desenvolvimento, gestados na década de 1970 e vivenciadas e sistematizadas na década de 1980 e 1990, precisam se contrapor de forma propositiva ao desenvolvimento exógeno portador de características predominantemente insustentáveis.

Diante do quadro ameaçador promovido pelo desenvolvimento exógeno no atual estágio do capitalismo globalizado, uma proposição central, consiste na dinamização articulada entre academia e sociedade visando o desenvolvimento de massa crítica. Ainda nesta perspectiva, a realidade de degradação global da qualidade do ambiente e a constatação da presença de esgotamento dos recursos naturais, nos revelam a existência das condições favoráveis para o enfrentamento ao desenvolvimento exógeno depredador.



É preciso negar cientificamente o desenvolvimento exógeno que se abriga sob o manto do desenvolvimento sustentável, cujas características são: deslocamento de grandes contingentes humanos, prevalência do grande capital, conflitos agrários com dimensões geopolíticas, exploração inadequada dos recursos naturais, acumulação de riquezas, migração de capitais e comprometimento global do ambiente.

O desenvolvimento endógeno nos permite vivenciar a experiência de um salto quantitativo e qualitativo que se deslocou do estágio sócio político reivindicativo para o estágio sócio político empresarial empreendedor. Para isso, o acesso a políticas públicas e a gestão dos empreendimentos se caracterizam como inovadoras no sentido de que enfrentaram e removeram muitos dos problemas socioeconômicos vitais da época, e mesmo sem serem portadores dos requintes da experiência gestoras, contribuíram com a formulação das políticas públicas seqüentes.

Historicamente o planejamento no Brasil priorizou o macro desenvolvimento regional exógeno não tendo como matriz geradora de riquezas os empreendimentos de pequeno porte que promovem o micro desenvolvimento endógeno no enfrentamento e para a erradicação das desigualdades regionais.

Os municípios estudados, através dos seus gestores não apresentam capacidade apropriada em planejamento para o micro desenvolvimento regional endógeno, não cumpre a competência constitucional de fomentar o desenvolvimento regional local. Atualmente, limita-se a execução dos repasses constitucionais, execução de pequenos convênios sem porte financeiro suficiente para o combate efetivo às desigualdades regionais.

Para programar o planejamento regional, visando o desenvolvimento regional local na dimensão endógena, com acesso a políticas públicas coerentes, na região pesquisada, necessário se faz a promoção de qualificação dos gestores municipais, que como revelou a pesquisa, não se demonstram preparados para o exercício da missão constitucional.



REFERÊNCIAS

- ACRE. Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural. Rio Branco, 2008.
- ACRE. Levantamento das potencialidades econômicas e vantagens competitivas. Rio Branco, 2000.
- ACRE. Secretaria de Planejamento do Estado do Acre. Rio Branco, 1999-2000.
- AMARAL, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: Planejamento e políticas públicas. Brasília, IPEA, n. 14. 1996.
- BAHIANA, Luís Cavalcanti. Geografia do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.
- BAZARIAN, Jacob. O problema da verdade. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1985.
- BECKER, Bertha K. e Egler, Cláudio A. G. Brasil: Uma Nova Potencia Regional na Economia-Mundo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.
- BRANDÃO, Carlos Antônio. A dimensão espacial do subdesenvolvimento: uma agenda para os estudos urbanos e regionais. Campinas: UNICAMP, 2003.
- BRASIL. Senado Federal. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.
- BRESSER. P.L.C. Economia brasileira: uma introdução crítica. São Paulo: Editora Brasiliense, 1998.
- CAVA, Ralph Della. A igreja em flagrante. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985.
- CAVALCANTI, Agostinho Paula Brito. Desenvolvimento Sustentável e Planejamento – Bases Teóricas e Conceituais. Fortaleza: UFC – Imprensa Universitária, 1997.
- CORIOLOANO, Luzia Neide Mendes Teixeira. Os limites do desenvolvimento. Fortaleza: UEC. 2003.
- COSTA, Francisco de Assis. O planejamento do desenvolvimento regional na Amazônia. Belém: UNAMAZ/UFPA, 2005.



- DUTRA, Luiz Henrique de A. Verdade e Investigação: o problema da verdade na teoria do conhecimento. São Paulo: EPU, 2001.
- FILHO, Jorge Renato de Souza. Desenvolvimento Regional Endógeno. Porto Alegre: UFRGS, 1996.
- FURTADO, C. O Brasil pós-milagre. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.
- FURTADO, Celso. A superação do subdesenvolvimento. Economia e Sociedade, n.3, p.37-42, dez.1972.
- FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.
- GONÇALVES, J.S. Mudar para manter: pseudomorfose da agricultura brasileira. São Paulo: CSPA; SAA, 1999.
- GUIMARÃES, Roberto P. El desarrollo sustentable: propuesta alternativa o retorica neoliberal. In: Revista EURE. Santiago de Chile, vol. XX, n.º 61, 1994.
- HIRSCHMAN, A. O. A estratégia de desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1958.
- IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil, 1930-1970. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- LOPES, C.T.G. Planejamento, Estado e crescimento. São Paulo: Pioneira, 1990.
- MATOS, Patrícia de Oliveira. Planos de desenvolvimento elaborados no Brasil. São Paulo: UNESP, 2002.
- MATUS, Carlos. Adeus Senhor Presidente. Planejamento, Antiplanejamento e Governo. Recife: Editora Litteris, 1989.
- MELLOR, J.W. Agricultura development and the intersectoral transfer of resources. In: SICHER, C. K. STAAZ, J. (ED.) Agricultural development in the third world. London: Jhons Hopkins University Press, 1984.
- MONDIN, Batista. Curso de filosofia. São Paulo: Edições Paulinas, 1993.
- PAIVA, R.M. Bases de uma política para a melhoria técnica da agricultura brasileira. Revista Brasileira de Economia, v, 21, n.2,1968.
- PERROUX, F. A economia do século XX. Lisboa: Herber, 1967.
- PIRES, Élson L.S. As lógicas territoriais do desenvolvimento: diversidades e regulação. Interações (Campo Grande), Campo Grande, v. 8, n. 2, 2007.



PORTER, M.E. Aglomerados e competição: novas agendas para empresas, governos e instituições. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

PUTNAM, Robert D. Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1996.

RANGEL, I.A. A questão agrária brasileira. Recife: CDEP, 1962.

SANTANA, Cleuciliz Magalhães. Economia – Uma introdução. São Paulo: Uniletras, 2004.

SILVA, Athos Magno Costa e. Desigualdades Regionais: Ministério da Integração Nacional. Brasília: 2004.

SILVA, Fábio Carlos da. Evolução do planejamento público no Brasil. Belém: UNAMAZ/UFPA, 2007.

TANZI, V. Economia e Sociedade. Campinas: UNICAMP, 1995.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)